

PARA O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS NA EUROPA

POBREZA INFANTIL NA UE



Explicativo EAPN #4

PARA O BEM-ESTAR
DAS CRIANÇAS
NA EUROPA
POBREZA INFANTIL NA UE

EXPLICATIVO EAPN #4



Esta publicação conta com o apoio do Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (PROGRESS, 2007-2013).

Este programa é gerido pela Direcção Geral da Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia. Foi estabelecido com o propósito de apoiar financeiramente a implementação dos objetivos da União Europeia no domínio do emprego e dos assuntos sociais, conforme o definido na Agenda Social, contribuindo assim para a concretização das metas previstas pela Estratégia de Lisboa nestes domínios.

O programa, com uma duração de sete anos, é direcionado a todas as partes interessadas com capacidade de ajudar no desenvolvimento de legislação e de políticas adequadas e eficazes, seja nos 27 Estados-Membros, na EFTA/EEE, ou em países candidatos e pré-candidatos.

A missão do PROGRESS consiste em reforçar o contributo da UE no sentido de apoiar o compromisso dos Estados Membros. O PROGRESS terá um papel central em:

- *Contribuir com análises e conselhos sobre as políticas que devem ser adotadas nas áreas abrangidas pelo programa;*
- *Monitorizar e fornecer informação sobre a implementação de políticas e de legislação nas áreas abrangidas pelo programa;*
- *Promover a partilha de políticas, de conhecimento e de apoio entre Estados-Membros no que toca aos objetivos e às prioridades da UE, e*
- *Difundir as opiniões das partes interessadas e da sociedade em geral.*

Para mais informações, por favor consulte: <http://ec.europa.eu/progress>

A informação contida nesta publicação não reflete necessariamente a posição ou opinião da Comissão Europeia.

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK

RÉSEAU EUROPÉEN DE LUTTE CONTRE LA PAUVRETÉ ET L'EXCLUSION SOCIALE

SQUARE DE MEEÛS, 18 – 1050 BRUSSELS - Tel: +32 (0)2 226 58 50 - team@eapn.eu

www.eapn.eu

EUROCHILD

AVENUE DES ARTS, 1-2 – 1210 BRUSSELS - Tel: +32 (0)2 511 70 83 - info@eurochild.org

www.eurochild.org

Introdução

25 milhões de crianças na União Europeia estão em risco de pobreza ou exclusão social - isto é, uma em cada quatro crianças. A maioria destas crianças cresceu em famílias pobres, que lutam cada vez mais para lhes proporcionar uma vida digna. Isto é um crime social numa UE que se orgulha do seu modelo social, um ataque aos direitos fundamentais e um fracasso no investimento feito nas pessoas e no nosso futuro. Conseguirá a UE pagar o preço desta situação?

Este explicativo sobre a pobreza infantil é produzido em conjunto pela EAPN e a EUROCHILD com o objetivo de:

- *Sensibilizar a sociedade em geral sobre o que a pobreza infantil significa no contexto Europeu, as suas causas e o seu impacto na vida das crianças e respetivas famílias.*
- *Destacar soluções efetivas que possam ajudar na luta contra a pobreza infantil e promover o bem-estar de todas as crianças e famílias, particularmente em tempos de austeridade e de cortes na despesa pública.*

Esperamos que esta publicação ajude a mobilizar um apoio generalizado por parte da sociedade em geral e da classe política para intensificarem as suas ações na redução da pobreza infantil e na promoção do bem-estar das crianças no âmbito da implementação da Recomendação da Comissão Europeia contra a pobreza infantil.¹

A EAPN já publicou três explicativos sobre: Pobreza e Desigualdade na UE (2009); Rendimento Adequado na UE (2010) e Riqueza, Desigualdade e Polarização Social na UE (2011). Traduzidos e atualizados pela EAPN Portugal em 2013.

© Fotos:

Foto da capa: Shout, let it all out @Sérgio Aires*; Mother and kids © Hungarian Interchurch Aid; Children © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico; Family © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico.

p.4: Foto tirada numa Pré-Escola em Wicklow (Irlanda), que participa no projeto anual Educação Pré-escolar Gratuita. É também membro da Childminding Ireland © Patrick Bolger, disponibilizada por Start Strong; Kids festival in Saint Gilles, Walking the line 1 ©Rebecca Lee, julho 2012; Spieloteek 1 Bruxelas © Tram66*-Rebecca Lee, Set 2011. p.6: Children © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico; Pregnant mother and children © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico; Olhares @Sérgio Aires*. p.8: Soup kitchen Bruxelas © Tram66*-Rebecca Lee, Abril 2009; There is a time and an age for playing © Juul Sels-Brandpunt23*. p.10: Child reading © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico. p.13: Old thing (Benjy) © Kara Shallenberg, 25 Jan 2008; Foto tirada numa Pré-Escola em Wicklow (Irlanda), que participa no projecto anual Educação Pré-escolar Gratuita. É também membro da Childminding Ireland © Patrick Bolger, disponibilizada por Start Strong. p.14: Sunday morning © Jérôme, 07 Dez 2008. p.16: Let's play ©Emanuel Batalha; The strength of the money that grows and destroys; beautiful things @ Sérgio-Aires*, Abril 2008; Playground © Janet Ramsden, 08 Set 2011. p.19: Window childish innocence © Juul Sels-Brandpunt23*. p.20:Children walking labyrinth with Gabriella the Soundweaver © Petter Akerblom; Mother and kids © Hungarian Interchurch Aid; at Eurochild's Annual Conference 2012 in Bulgaria "Promoting the rights of children in alternative care across Europe" #1 © Eurochild, Out 2012. p.23: Nascimento de um pensamento @Sérgio Aires*; Intervention of young people at Eurochild's Annual Conference 2012 in Bulgaria "Promoting the rights of children in alternative care across Europe" #2 © Eurochild, Out 2012. p.27,28&30: Roma Children © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico. p.31: Happy 3rd birthday! © Brittany Randolph, 12 Nov 2008. p.32: A vida como ela é # 5 © Sérgio Aires*. p. 33: Father in wheel chair and baby © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico. p.34: Please Enjoy Poverty © Tram66*-Rebecca Lee, Mar 2011. p.35&36: © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico. p.37: Closed Sign - Santa Monica Blvd. West Hollywood, Calif. © Jojomelon, 1 Dez 2010. p.38: Kids festival in Saint Gilles, Wondrous science ©Rebecca Lee, Jul 2012. p.39: Kids festival in Saint Gilles, Walking the line 2 ©Rebecca Lee, Jul 2012. p.40: Spieloteek 2 Bruxelas © Tram66*-Rebecca Lee, Set 2011; Kids festival in Saint Gilles, Creating and fixing @Rebecca Lee, Jul 2012; Romachildren.com © UNICEF/SWZ/2011/John McConnico. p.41:Speak Up! project © Eurochild, Nov 2011. p.43: Woman at EAPN's General Assembly © lynn@art-Die Armutskonferenz, Vienna, Jun 2009. p.45: Little girl in the lamp parade © Rebecca Lee, Inter-national day against poverty, Bruxelas, 17 Out 2010. p.54: Mother and baby @lynn@art-Die Armutskonferenz, EAPN General Assembly in Vienna, Jun 2009. p.57: Les enfants de la révolution ©Rocco Luigi Mangiavillano, 2011. Contracapa: Olhares @Sérgio Aires*.

*<http://sergioaires.blogs.sapo.pt> / *<http://tram66.jimdo.com> / *www.brandpunt23.com

1. Recomendação da Comissão Europeia (20 Fev 2013): Investing in children: breaking the cycle of disadvantage (Investir nas crianças: quebrar o ciclo das desigualdades).



O QUE É A POBREZA INFANTIL E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA?.....	7
QUAIS SÃO AS CAUSAS DA POBREZA INFANTIL?.....	17
QUEM SÃO AS CRIANÇAS AFETADAS PELA POBREZA E QUANTAS SÃO?	21
CAÇADOR DE MITOS: DESAFIAR ESTEREÓTIPOS	29
QUAIS SÃO AS SOLUÇÕES?.....	41
PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO E DADOS.....	58



O QUE É A POBREZA INFANTIL E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA?

Pobreza Infantil no contexto Europeu

Lutar contra a pobreza infantil na Europa é uma parte integral da solidariedade global

A pobreza infantil é normalmente associada a países em desenvolvimento e às consequências da fome e da guerra, como a má nutrição, doenças e morte prematura. Contudo, a pobreza infantil, e às vezes a pobreza extrema, também existe na UE, sendo esta problemática o enfoque deste explicativo.

Naturalmente que isto não invalida a seriedade da pobreza noutros locais. Todavia, a forma como tratamos as crianças que se encontram perto de nós está intimamente ligada à nossa posição como intervenientes globais no desenvolvimento e na ajuda humanitária.

Não podemos ser apologistas daquilo que não praticamos. O tratamento dado às crianças nos nossos países deve ser uma prioridade para o nosso próprio desenvolvimento, mas também como a nossa contribuição para uma visão de solidariedade global e uma distribuição mais justa de recursos.

A Pobreza é muito mais do que viver com rendimentos baixos

A pobreza infantil define-se acima de tudo pelas crianças que crescem em famílias a viver em situação de pobreza - isto é, sem rendimentos suficientes para evitar a privação material e assegurar uma vida digna. Mas esta é uma condição que vai para além da falta de dinheiro; é também não ter uma habitação digna ou acesso a educação de qualidade e a cuidados de saúde. É não ter as mesmas oportunidades para se desenvolver e participar em pé de igualdade no seu próprio país. É sobre crianças cujas vozes não são ouvidas. E é também sobre famílias que lutam para oferecer um ambiente digno às suas crianças. A falta de rendimentos combinada com o difícil acesso a infraestruturas e serviços também significa que a pobreza infantil também inclui a não participação das crianças em atividades, tais como: visitas de estudo, aulas de natação, convidar os amigos para sua casa, ir a festas de aniversário ou outras ocasiões especiais, ou mesmo ir de férias.

1 Definir pobreza infantil

Para efeitos deste explicativo sobre pobreza infantil, a EAPN e a Eurochild Task Force concordaram na seguinte definição:

As crianças vivem em pobreza se os rendimentos e os recursos disponíveis para o seu crescimento são de tal forma inadequados que as excluem de ter uma qualidade de vida considerada aceitável na sociedade em que vivem, e não sejam capazes de assegurar o seu desenvolvimento e bem-estar social, emocional e físico. Porque crescem na pobreza, as crianças e respectivas famílias podem vivenciar desvantagens múltiplas como rendimentos baixos, habitação e ambiente pouco dignos, cuidados de saúde inadequados e obstáculos à educação. São excluídas e marginalizadas de actividades sociais, desportivas, recreativas e culturais que são comuns a outras crianças. O seu acesso aos direitos fundamentais pode ser restringido, podendo estas crianças experienciar discriminação e estigmatização, e as suas vozes não serem ouvidas.

Pobreza na Europa é um conceito relativo

Geralmente, a pobreza infantil em países Europeus desenvolvidos é entendida como um conceito **relativo**. Quando as condições de vida de uma criança são muito piores em comparação com o padrão de vida do país ou da região onde vivem, têm dificuldades em levar uma vida normal e participar em actividades económicas, sociais e culturais. Significa isto que o seu impacto varia significativamente de país para país, dependendo do nível de vida da maioria da população.

Embora não seja tão extrema como a pobreza absoluta, a pobreza relativa continua a ser grave e prejudicial. (Disponível em <http://www.eapn.eu/en/news-and-publications/publications/eapn-books/new-version-2009-of-the-poverty-explainer>).

Mas a pobreza absoluta ainda existe na Europa

Ainda há algumas crianças na Europa que vivem em situação de privação extrema, frequentemente classificada como pobreza absoluta ou extrema. A pobreza absoluta define-se pela falta de condições básicas como: alimentação, aquecimento, habitação adequada, água potável, vestuário suficiente, medicamentos ou cuidados de saúde; sobreviver é uma luta constante e diária. Naturalmente, estes casos são mais comuns em países em desenvolvimento, mas está a tornar-se uma realidade crescente para algumas crianças na UE, como por exemplo, as de etnia cigana, às quais se juntam um número cada vez maior de crianças imigrantes não acompanhadas, crianças filhas de imigrantes



ilegais e crianças de regiões e bairros muito pobres. Consequentemente, correm um risco elevado de saúde precária e mortes prematuras. A pobreza extrema pode ser encontrada em todos os Estados-membros mas é mais comum nos Estados-membros mais pobres.

Além disso, em alguns Estados-membros o acesso a escolas decentes, serviços básicos de saúde ou atividades desportivas, recreativas e culturais é limitado. Melhorar o nível básico de provisões para todas as crianças e famílias permanece um desafio urgente.

O bem-estar das crianças é mais do que lutar contra a pobreza infantil

Alcançar o bem-estar das crianças é um conceito mais abrangente do que apenas lutar contra a pobreza infantil. Envolve colocarmo-nos na “perspetiva da criança”, tendo em consideração a natureza multidimensional das suas vidas e a importância das suas relações. Por outras palavras, engloba a saúde, educação, apoio

familiar, proteção e a capacidade das crianças participarem nas decisões que as afetam. Um nível de vida adequado é um pré-requisito para o desenvolvimento da criança a nível físico, mental, moral e social.

Contudo, a relação entre a pobreza de rendimentos e o bem-estar é complexa.

Nem todas as crianças que vivem com rendimentos baixos têm necessariamente de viver mal, particularmente se pertencem a um ambiente familiar seguro e carinhoso e se tiverem acesso aos mesmos serviços e oportunidades que as outras crianças. Do mesmo modo, é possível que uma criança cuja família tenha rendimentos altos tenha o seu bem-estar ameaçado por viver numa família desestruturada e sem carinho, ou sendo excluída de oportunidades.

Contudo, é mais provável que uma criança que viva numa família com rendimentos baixos enfrente mais dificuldades para alcançar o seu bem-estar.

2 Definir o bem-estar das crianças

O Consórcio Europeu de Fundações para o Bem-Estar na Europa – The Learning for Well Being Consortium of Foundations in Europe - definiu o bem-estar das crianças como “a descoberta do seu potencial através do desenvolvimento físico, emocional e espiritual... em relação a si mesma, aos outros e ao ambiente”.

Isto baseia-se numa visão da sociedade na qual todas as pessoas podem desenvolver capacidades para descobrir o seu potencial ao crescer e viver em ambientes que cultivem essas capacidades e que permitam que as especificidades de cada indivíduo se revelem. Este é um compromisso que requer que todas as partes da sociedade contribuam para o bem-estar das crianças e que considerem o seu bem-estar como uma medida importante do seu progresso (consultar Kickbush et al., 2012).

Um dos pontos-chave do trabalho do Consórcio tem sido o desenvolvimento de medidas, a monitorização e a avaliação de abordagens e indicadores em torno das capacidades das crianças, assim como o apoio dado pelos seus ambientes. (www.learningforwellbeing.org)

A UNICEF identificou seis aspetos diferentes do bem-estar da criança que considera mais importantes. Estes são: o bem-estar material, saúde e segurança, bem-estar educativo, família e relacionamentos com os outros, comportamentos e riscos, e a subjetividade do bem-estar (isto é, como as crianças se sentem sobre si próprias) (consultar UNICEF, 2010).



Os direitos das crianças requerem uma abordagem diferente para combater a pobreza infantil

A pobreza nega às crianças o acesso aos seus direitos, tal como foram definidos pela Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas (CDC).

A Convenção define os direitos humanos básicos de todas as crianças onde quer que estejam: o direito à sobrevivência, ao seu pleno desenvolvimento, à proteção contra influências perigosas, abuso e exploração, e a participar plenamente na vida familiar a nível cultural e social. Os quatro princípios essenciais da Convenção são a não discriminação, a proteção do superior interesse da criança, o direito à

vida, sobrevivência e desenvolvimento, e o respeito pela opinião da criança. Pôr em prática os Direitos da Criança exige uma mudança na perceção das crianças, deixando de considerá-las como recipientes passivos de apoio, para as considerar como agentes ativos que têm uma grande influência no seu ambiente e relações. Todos os Estados-Membros são signatários da Convenção dos Direitos da Criança, sendo este um instrumento internacional legalmente vinculativo. Consequentemente, estão comprometidos a defender os direitos das crianças.

A Convenção oferece uma ferramenta muito útil e dinâmica para promover e proteger os direitos da criança e o seu bem-estar, tanto para governos como para grupos e indivíduos que trabalham com/e para crianças a todos os níveis.

B 7 Vantagens de uma abordagem baseada nos direitos, no combate à pobreza infantil & promoção do bem-estar

1. É a chave para **prevenir a pobreza infantil**. Se todos os direitos da criança forem respeitados e viabilizados, as crianças têm menos probabilidades de viver em situação de pobreza;
2. Coloca as necessidades das **crianças no centro das políticas**. Abordar as necessidades das crianças torna-se o centro das obrigações políticas e não apenas uma possível escolha política;
3. Coloca o enfoque nas **necessidades específicas das crianças** aqui e agora, assim como uma melhoria da situação das suas famílias e comunidades onde vivem;
4. Contribui com um quadro de trabalho útil para desenvolver uma **estratégia abrangente** para prevenir e reduzir a pobreza infantil. Isto é bem visível em países como a Suécia que dão grande ênfase aos direitos da criança e conseqüentemente têm sido bem-sucedidos na prevenção da pobreza infantil e exclusão social;
5. Liga o bem-estar das crianças com o bem-estar dos **pais e famílias** e coloca o apoio às famílias no centro das políticas para lutar contra a pobreza infantil. Por exemplo, a Convenção reconhece que uma criança, para desenvolver completamente e harmoniosamente a sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar são, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão;
6. Destaca a importância da adoção e o reforço de uma legislação **anti discriminação** forte como um elemento essencial para prevenir e reduzir a pobreza e a exclusão social;
7. Enfatiza o **direito das crianças a serem ouvidas** e a participar nas decisões que as afetam.

A realidade da pobreza infantil

O que realmente significa crescer na pobreza para as crianças e respetivas famílias?

As definições formais e descrições não conseguem expressar adequadamente a dura realidade do dia-a-dia de muitas crianças e de como a pobreza afeta as suas vidas. Não mostram as dificuldades que famílias comuns enfrentam quando vivem em situação de pobreza e numa luta constante para conseguir ter uma casa e proporcionar uma vida digna às crianças, muitas vezes contra todas as probabilidades e enfrentando um criticismo e estigmatização contínuos. A multidimensionalidade da pobreza infantil significa que pode afetar as crianças de diversas maneiras.

Para uma criança, viver na pobreza pode significar:

- *Não ter o suficiente para comer ou para uma dieta saudável;*
- *Não poder comprar roupa nova ou calçado decente;*
- *Não ter os bens que as outras crianças do seu país tomam como garantidos, como livros e outros materiais escolares ou objetos de lazer como bicicletas ou skates;*
- *Habitar numa casa pobre e sobrelotada; partilhando o quarto e vivendo num espaço exíguo;*
- *Viver com aquecimento inadequado e numa casa sem condições de habitabilidade;*
- *Não ter um lugar tranquilo e com espaço e iluminação suficientes para fazer os trabalhos de casa;*
- *Não ter condições para pagar cuidados de saúde adequados, infantários de qualidade, frequentar uma boa escola ou ter ajuda quando necessário;*
- *Ter poucas possibilidades de brincar em parques decentes e não vandalizados, de participar em desportos e atividades recreativas/culturais;*
- *Não ter opinião em decisões que afetam o seu quotidiano.*

Nem todas as crianças em situação de pobreza vivenciam todas estas desvantagens (desigualdades).

Na maior parte dos países, a maioria das crianças pobres não vivem em bairros degradados e perigosos, mas em alguns países isso acontece. **Para melhor entender esta realidade, temos que ouvir as vozes das crianças que crescem na pobreza e as dos seus pais**, como confirmam os seguintes testemunhos:

4 Qual é o significado da pobreza – para as crianças?²

“Todas as noites fecho a janela e o cheiro da comida dos outros apartamentos deixa-me ainda com mais fome.” – Andra, Estónia

“As minhas roupas estão limpas, mas são velhas e os outros riem-se de mim.” – Kaisa, Hungria

“Detesto o meu aniversário porque nunca recebo presentes como os outros.” – Olev, Suécia

“Podes ter vergonha de convidar os teus amigos para vir a tua casa porque quando eles vierem, vão ter frio e podem querer ir embora mais cedo.” – Megan, Reino Unido

“Quando olho para a minha mãe, e vejo o quanto ela trabalha, ela tem três empregos, não quero crescer e tornar-me num adulto, é muito mau.” – Jerzy, Polónia

“Não quero ir às visitas de estudo porque não quero ser um fardo para os meus pais.” – Demetra, Grécia

“A solidão e o sentimento de não ser desejado são a mais terrível das pobreza.” – Elisabet, Estónia

“Não vale a pena sonhar porque não se vai tornar realidade.” – Dylan, Reino Unido

2. As citações de crianças usadas neste explicativo são de crianças da Estónia e jovens envolvidos em projetos locais; do Projeto “Speak Up!” administrado pelo Eurochild e uma organização composta por 8 parceiros em toda a Europa: Grécia, Polónia, Hungria, Bulgária, Suécia, Holanda, Reino Unido e Irlanda; de uma consulta ao projeto “Children in Wales” sobre a pobreza em 2010; e uma apresentação feita na Conferência Anual da Eurochild de 2011, no País de Gales. Para preservar o anonimato, os nomes foram alterados.

3. As citações dos pais usadas neste Explicativo foram retiradas dos relatórios do 9.º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza de 2010 e do 10.º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza de 2011, coordenados pela EAPN. Para preservar o anonimato, os nomes foram alterados.

5 Qual é o significado da pobreza – para as famílias?³

“Como pai desempregado, sinto sempre os olhares acusadores dos que trabalham. Quero fazer parte da sociedade. Quero que os meus filhos frequentem a escola. Quero preencher a documentação necessária. Mas eu não gosto de me ver sem uma função na sociedade. Não têm de me culpar por existirem obstáculos que impedem as pessoas de obter formação ou encontrar um trabalho.” – John, Reino Unido

“Como mãe solteira, é realmente muito difícil trabalhar e cuidar dos filhos. As dificuldades são acrescidas, incluem um mercado de trabalho limitado ou infantários que fecham cedo; estas podem ser razões para que os pais solteiros parem de trabalhar.” – Ingrid, Noruega

“Venho de uma família cigana com vários problemas. Os ciganos são estereotipados e discriminados. Tenho cinco filhos e eles correm o risco de ficarem presos na armadilha da pobreza. Um melhor uso dos fundos [subsídios] podia ajudar a resolver a situação.” – Maria, Eslováquia

“Se és mãe, tens que trabalhar cada vez mais para ganhar um salário e vês cada vez menos os teus filhos. Quando o meu contrato acabar em Junho, não terei salário e posso ter que deixar a minha casa e perder os meus filhos. Um salário digno é essencial. É um absurdo. Agora as crianças herdaram as dívidas dos pais.” – Kasia, Polónia

“Não posso deixar os meus filhos participarem em atividades de lazer porque tenho que as pagar.” – Grete, Estónia

Qual é o impacto nas crianças, famílias e na sociedade?

Colocar as crianças em risco

Os primeiros anos de vida são a fase mais crítica do desenvolvimento de uma pessoa. Atualmente existem provas substanciais e incontestáveis que demonstram que este período inicial da vida de uma criança é aquele em que a sua capacidade cognitiva, física e emocional se desenvolve mais rapidamente. Estas primeiras experiências têm uma influência significativa na saúde e bem-estar ao longo da vida.

A pobreza nesta idade pode afetar a criança física, emocional e psicologicamente e ter um impacto negativo no seu bem-estar presente e futuro. É prejudicial para o desenvolvimento do cérebro e por isso afeta as suas capacidades cognitivas e linguísticas.

Quanto mais tempo as crianças viverem em situação de pobreza, pior serão os danos e maior será a probabilidade de privações na fase adulta, a menos que sejam aplicadas estratégias para alterar esta situação. Estudos longitudinais indicam que na maioria dos países, logo a partir dos dois anos de idade, a saúde e o desenvolvimento das crianças mais

pobres ficam muito aquém das crianças que não se encontram em situação de pobreza. Claro que com o esforço e o apoio dos seus pais, algumas crianças que crescem pobres conseguem alcançar bons resultados. Assim, embora a pobreza infantil aumente o risco, não significa necessariamente resultados pessimistas na idade adulta.

Contudo, a pobreza aumenta sempre o stress das crianças durante o seu crescimento, assim como o das suas famílias, e diminui a qualidade de vida. Existem muitas formas em que crescer com baixos rendimentos, em más condições habitacionais, com difícil acesso a serviços e a oportunidades, não podendo participar em atividades infantis normais, pode ter um impacto negativo na vida das crianças. Estudos (consultar, por exemplo, Hoelscher, 2004) demonstram que:

- **Aumenta o risco de problemas de saúde física e mental:** *as crianças que crescem em situação de pobreza têm mais probabilidades de adoecer ao longo das suas vidas e de morrer mais cedo do que as crianças em melhores condições financeiras; correm um risco mais elevado de morrer à nascença ou durante a infância ou têm mais probabilidades de sofrerem de alguma doença crónica ou de serem portadoras de uma deficiência;*
- **Põe em causa o direito a uma vida familiar segura e afetuosa:** *A pressão diária de lidar com a pobreza e a exclusão social pode tornar-se insuportável para os pais e parentes e pode conduzir a um maior isolamento e estigmatização. Isto prejudica o bem-estar da família, pondo em risco a qualidade da vida familiar e aumentando a probabilidade de rutura familiar - enquanto que a maior parte dos pais faz tudo o que pode para proteger os seus filhos dos piores efeitos da pobreza e atenuar o seu impacto;*
- **Tem impacto na vida social** pois afeta as amizades das crianças e as suas relações sociais, impossibilitando-as de participem



em atividades com outras crianças e aumentando as probabilidades de sofrerem de bullying e os seus receios de serem diferentes, levando ao estigma, exclusão e isolamento;

- **Limita e afeta as oportunidades de desenvolvimento emocional, social e intelectual das crianças: quanto mais nova a criança for, maior será o impacto na sua saúde e no desenvolvimento cognitivo;**
- **Resulta na incapacidade de acompanhar todas as fases da educação, levando a uma maior desvantagem educacional e a que as crianças afetadas pela pobreza abandonem a escola mais cedo;**
- **Isola as crianças dos seus colegas, estigmatiza-as, colocando-as, bem como às suas famílias, sob stress;**
- **Tem um efeito a longo prazo no bem-estar e nas futuras perspectivas de emprego;**
- **Diminui as expectativas que as crianças têm sobre as suas vidas. Consequentemente, as crianças podem ficar desmotivadas e perder todas as aspirações, esperanças e sonhos de uma vida melhor.**

Estas diferentes dimensões da pobreza e exclusão social tendem a estar inter-relacionadas e interdependentes. As crianças que crescem em famílias com rendimentos muito baixos têm mais probabilidades de viver numa casa sobrelotada de um bairro pobre. Isto pode contribuir para uma saúde precária, fracos resultados escolares e prejudicar as suas oportunidades na vida, aumentando o risco de acidentes e lesões não-intencionais. Claro que nem todas as crianças têm de sofrer estas privações por serem pobres.

Conduzir as famílias ao ponto de rutura

A maior parte das crianças pobres crescem em famílias pobres. Os pais em situação de pobreza lutam diariamente

para assegurar a sobrevivência da sua família e fazem sacrifícios para proteger os filhos dos piores efeitos da pobreza. Por exemplo, dão prioridade às crianças em relação à comida e roupas, tentando desesperadamente encontrar soluções para si e os seus filhos. Contudo, os pais são frequentemente culpados e estigmatizados por não cuidarem devidamente dos filhos, apesar de estarem a fazer o melhor que podem nas circunstâncias difíceis em que se encontram. Os pais são geralmente os responsáveis pelo bem-estar dos filhos, são apontados como a causa do problema e são frequentemente o alvo das principais medidas políticas – isto é, abordagens de ativação limitadas - mas raramente lhes são dados os meios adequados, não são consultados ou acompanhados de modo a encontrar soluções positivas para si e para os seus filhos. Também é um fator-chave no endividamento das famílias dado que os pais lutam para fazer face aos custos de eventos importantes, tais como o regresso às aulas, festividades religiosas ou aniversários ou simplesmente cobrir os custos de necessidades básicas com rendimentos cada vez mais baixos que contrastam com o aumento dos preços dos bens essenciais. Os pais fazem parte da solução e precisam de um apoio ativo.

Os custos para a sociedade

A pobreza infantil também tem um impacto negativo na sociedade como um todo.

A sociedade perde por três razões:

- *Em primeiro lugar, a pobreza infantil prejudica a solidariedade e a coesão social. Mais do que isso, é uma traição às promessas de um modelo social Europeu que defende os direitos dos seus cidadãos mais vulneráveis. É difícil ver como a Europa mantém a cabeça erguida perante o mundo como uma região relativamente rica mas que nega às suas crianças os meios para se desenvolverem;*

- *Em segundo lugar, a pobreza infantil provoca um aumento dos custos sociais. A pobreza infantil está indissociavelmente ligada à saúde precária, conduzindo a problemas de saúde prolongados. A nível económico, gera exigências consideravelmente mais elevadas e custos para os serviços públicos, tais como os serviços de saúde e a proteção social. Fazer hoje os investimentos adequados para prevenir a pobreza infantil reduz os custos da saúde e da proteção social no futuro, ao mesmo tempo que aumenta a equidade social. Como mostrou a "New Economics Foundation" a prevenção é a melhor solução, sendo também a mais barata. Os custos associados à rutura familiar e aos problemas de saúde físicos e mentais são muito maiores do que os necessários para a intervenção e a prevenção (consultar Coote, 2012);*
- *Em terceiro lugar, a sociedade perde porque a produtividade económica é reduzida. Como as crianças que crescem pobres nem sempre atingem todo o seu potencial, tendem a adquirir menos competências e isto prejudica as suas oportunidades de conseguir empregos dignos, ter uma vida ativa e criativa e contribuir positivamente para o desenvolvimento económico e para as suas comunidades locais. Isto também significa receitas públicas mais baixas (provenientes dos impostos) e por isso menos dinheiro para investir no desenvolvimento económico e social.*

6 Os custos da Pobreza Infantil

Um estudo realizado em 2008, na Escócia, sublinhou que, a longo prazo, poderíamos ganhar todos os anos cerca de 16 bilhões de euros se puséssemos termo à pobreza infantil, através de economias ligadas aos custos diretos de serviços para remediar as consequências de privações na infância como saúde precária, fracos resultados escolares, crime e comportamento antissocial (Hirsch, 2008).

Deste modo, existem argumentos económicos, assim como argumentos ligados aos direitos humanos, muito fortes a favor da redução ou eliminação da pobreza e vulnerabilidade das crianças.

Autores que se dedicam ao desenvolvimento deste tipo de teorias, como Prebisch, Sen e Solow, que destacam a importância de investir na educação e na saúde para ajudar no crescimento e desenvolvimento económico. Os custos para dar segundas oportunidades a adultos pobres são muito superiores aos custos de intervenções oportunas e adequadas nas crianças. Aqueles com uma nutrição de qualidade, imunização, água potável, saneamento e oportunidades de ensino estarão mais preparados para beneficiar dos serviços educacionais e sociais que mais tarde receberão, tornando-se adultos com mais oportunidades para serem saudáveis e felizes e levarem uma vida mais produtiva e participativa.



QUAIS SÃO AS CAUSAS DA POBREZA INFANTIL?

Para que possamos fazer algo para combater a pobreza infantil é necessário entender quais são as suas principais causas. As causas da pobreza infantil estão ligadas às causas da pobreza em geral.

A maioria das crianças pobres são de famílias pobres e vivem em regiões e bairros onde a pobreza é generalizada. Os diferentes níveis de pobreza infantil e bem-estar nos diversos países reflete tanto os diferentes níveis de rendimento e riqueza nos Estados-Membros, como também a forma como as sociedades estão organizadas e de como os recursos e oportunidades são distribuídos.

Reconhecer as causas Estruturais

A desigualdade na distribuição dos recursos é um fator determinante no aparecimento da pobreza infantil

No geral, os Estados-membros com os níveis mais baixos de pobreza infantil, como a Suécia e a Dinamarca, são os mesmos que apresentam níveis baixos de pobreza e desigualdade em geral. Tal acontece porque estes países apoiam políticas de redistribuição que asseguram que os pais têm um rendimento adequado, através do acesso a empregos decentes ou através de apoio ao rendimento adequado. Há ainda uma forma de redistribuição da riqueza mais justa através de uma carga fiscal efetiva e sistemas de proteção social que asseguram o acesso a serviços de qualidade e a oportunidades para a maioria das crianças e as suas famílias⁴ (consulte, por exemplo, Eurochild 2010).

Reduzir a pobreza infantil depende de escolhas políticas

Os níveis elevados de pobreza infantil e níveis baixos de bem-estar infantil são muitas vezes o resultado de um falhanço político do combate às desigualdades estruturais na sociedade. São também o resultado da incapacidade dos políticos reconhecerem os direitos das crianças e darem prioridade ao desenvolvimento de políticas que apoiem as famílias e as crianças. Essas decisões políticas estão por vezes ligadas a uma dependência exagerada dos mercados e do crescimento económico para resolver todos os problemas sociais (a teoria do trickle-down) e também uma tendência em adotar intervenções políticas a curto prazo à custa do investimento em soluções estratégicas a longo prazo, particularmente num momento de austeridade económica. É fácil atribuir as culpas da pobreza infantil à incapacidade dos pais e das famílias em cuidar dos seus filhos

Na realidade, conferir exclusivamente a culpa da pobreza infantil a um fraco exercício da parentalidade é ignorar causas estruturais da pobreza e exclusão social. Uma cultura de “culpabilidade parental” irá também reforçar as divisões sociais e a marginalização dos mais vulneráveis em detrimento da vida das crianças.

4. Contudo, mesmo nestes países as crianças migrantes ilegais são excluídas da segurança social e portanto estão em risco de privação extrema e exclusão. Até o acesso a cuidados de saúde básicos é extremamente problemático. Tenha em conta, por exemplo, o seguinte relatório; UNICEF (2012) “Acesso aos direitos civis, económicos e sociais das crianças em contexto de migração p.22-23. Este foi entregue ao Comité de Direitos da Criança das Nações Unidas no Dia de Debate Geral sobre “Os direitos das crianças no contexto da migração internacional”, 28 de Setembro de 2012, (disponível online: www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/discussion2012/SubmissionsDGDMigration/UNICEF_1.doc)

Outros fatores de risco

Fatores-chave que aumentam o risco de pobreza infantil:

→ *Pais desempregados ou com empregos precários*

Se um dos pais ou ambos estiverem desempregados ou tiverem um trabalho mal remunerado, precário e por vezes a tempo parcial, então o risco da pobreza infantil aumenta. Em 2010, 9% das crianças na UE viviam em agregados com uma intensidade de trabalho muito baixa. Em 2010, 10.7% da população ativa, em agregados familiares com crianças dependentes possuía um rendimento abaixo do limiar do risco de pobreza, contra 8.5% da população ativa em geral. Na UE dos 27, as famílias monoparentais têm as taxas mais elevadas de in-work poverty ou seja empregados mas em risco de pobreza (21.6% em 2010) (consultar Comité de Proteção Social, 2012). Estes riscos podem ser agravados pela disponibilidade limitada ou custos elevados de serviços de acolhimento ou guarda de crianças e de outros serviços, e pela falta de ambientes de trabalho conciliáveis com a vida familiar.

→ *Sistemas inadequados de apoio ao rendimento*

As transferências sociais desempenham um papel importante na redução dos níveis de pobreza infantil na UE mas, enquanto que alguns Estados-Membros conseguem reduzir os níveis de pobreza infantil em 60% (por exemplo a Áustria, a Finlândia, a Irlanda, a Suécia e o Reino Unido), outros (como por exemplo a Bulgária, a Grécia, a Roménia e a Espanha) são menos eficazes e apenas reduzem os níveis de pobreza infantil em cerca de 20% ou menos (consultar Comité de Proteção Social, 2012).

→ *Difícil acesso a serviços essenciais*

O desenvolvimento e o bem-estar das crianças estão em risco em locais onde a saúde e os serviços sociais têm um desenvolvimento desigual e não são acessíveis a todos, os infantários e a educação são subdesenvolvidos ou dispendiosos, onde escolas com qualidade são inacessíveis e mal distribuídas, onde as escolas não têm em consideração o enquadramento social e cultural das crianças pobres, e os serviços são segmentados, burocráticos e estigmatizados.

→ *A falta de habitação social de qualidade e de baixo custo*

A disponibilidade limitada de habitações de qualidade e baixo custo, particularmente em termos de habitação social, e a regulamentação inadequada de habitações privadas podem forçar as famílias com rendimentos baixos a viverem em habitações de qualidade inferior e/ou em guetos.

→ *A falta de estruturas recreativas, desportivas e culturais*

A falta de estruturas recreativas, desportivas e culturais com qualidade ou acesso dispendioso a esses equipamentos faz com que as crianças e as suas famílias que vivem com rendimentos baixos tenham mais probabilidades de serem excluídas de participar.

→ *Viver em áreas ou distritos pobres*

As crianças que crescem em zonas com uma grande concentração de pobreza e desigualdade, como zonas periféricas



de cidades industriais ou comunidades rurais isoladas, têm mais probabilidades de terem o acesso dificultado a serviços e equipamentos, correndo um maior risco de violência e abuso.

→ ***Pertencer a uma minoria étnica ou ser de origem imigrante***

As crianças (e respetivos pais) que pertencem a uma minoria étnica (especialmente da etnia cigana) ou imigrantes têm mais probabilidades de sofrer de discriminação, racismo e um maior risco de cair na pobreza. Também poderão ter mais dificuldades em aceder a serviços e estruturas porque as suas necessidades sociais e culturais não são tidas em consideração ou devido a barreiras práticas e administrativas, ou discriminação legal e estrutural baseada na sua condição de residência.

→ ***Ser portador de uma deficiência***

As crianças com deficiência ou com pais portadores de deficiência têm um risco elevado de crescer na pobreza devido a obstáculos no acesso a um emprego digno e apoios ao rendimento inadequados quando confrontados com custos de saúde elevados.

→ ***Estar separado da sua família e das suas redes de apoio***

Existem muitos jovens pobres que não vivem com as suas famílias e não lhes é possível fazê-lo.

Para os jovens que fugiram de casa devido a violência e/ou abuso, a família torna-se num

ambiente inseguro. A alternativa para alguns acaba por ser a pobreza infantil, viver como sem-abrigo e a insegurança.

→ ***Perda de rendimentos nos primeiros anos***

A pobreza infantil é particularmente grave nos primeiros anos da vida de uma criança, sendo estes vitais para o seu desenvolvimento. Muitas famílias sofrem de pelo menos uma redução temporária dos seus rendimentos devido à perda de rendimentos da mãe, sobretudo no caso de famílias monoparentais; para as famílias que dependem de benefícios sociais, os custos de equipamentos necessários para assegurar que o bebé tenha um início de vida num ambiente seguro e acolhedor podem ser proibitivos.

Quando as mães regressam ao trabalho, a ausência de infantários com preços acessíveis em muitos países significa que os seus rendimentos serão maioritariamente absorvidos pelos custos dos infantários; muitos países oferecem educação pré-escolar gratuita, mas estes raramente se encontram disponíveis para crianças com menos de três anos, fazendo com que os custos de educação pré-primária sejam muito elevados.

Transmissão da pobreza de geração em geração

A ligação entre a pobreza familiar e a pobreza infantil indica que frequentemente a pobreza é transmitida de geração em geração. Esta situação é reforçada pelo nível reduzido e em declínio de mobilidade social em alguns países. Como verificámos, as crianças provenientes de agregados pobres enfrentam frequentemente desvantagens específicas para atingir o seu potencial nível de capital humano e também são mais suscetíveis de continuar a viver na pobreza enquanto adultos, a menos que ações concretas e orientadas sejam tomadas para alterar esta situação. Isto pode ser caracterizado como um padrão designado “ciclo intergeracional da pobreza e desigualdade”.



QUEM SÃO AS CRIANÇAS AFETADAS PELA POBREZA E QUANTAS SÃO? ⁵

De que forma os níveis de pobreza infantil e bem-estar são medidos?

Quem são as crianças que vivem na pobreza? De que forma podemos quantificar o seu número e avaliar o seu bem-estar?

Acordar indicadores apropriados e assegurar a recolha regular de dados adequados é vital para compreender quais são as crianças afetadas pela pobreza e quantas são. Calcular a extensão e a profundidade da pobreza e do bem-estar infantil tem sido a fonte de muitos

estudos e debates nos últimos anos.

No passado, havia uma tendência para focar sobretudo as medidas relativas aos rendimentos. Contudo, os políticos reconhecem cada vez mais que, para expressar a natureza multidimensional e complexa da pobreza infantil e do bem-estar das crianças, é fundamental desenvolver um leque mais abrangente de indicadores.⁶

7 Europa 2020 Indicadores de Pobreza e Exclusão Social

Como parte da Estratégia Europa 2020, acordada pelos Chefes de Estado da UE em Junho de 2010, o indicador “em risco de pobreza ou exclusão social” (AROPE - People at-risk-of-poverty or social exclusion rate) foi adotado para avaliar o progresso da pobreza e exclusão social na UE. Este é uma combinação de três indicadores:

- O **indicador padrão europeu “em risco de pobreza”**, isto é, um escalão relativo para medir rendimentos baixos: pessoas em risco de pobreza são aquelas que vivem em agregados cujo total de rendimentos é inferior a 60% do rendimento mediano nacional equivalente para o período de referência (isto é, geralmente, no ano anterior ao inquérito).
- O **indicador de “privação material extrema”**: pessoas que vivem em agregados privados de pelo menos quatro itens de uma lista de nove são consideradas como vivendo em privação extrema.
- O **indicador de “intensidade de trabalho muito reduzida”**: pessoas que pertencem a um agregado com uma intensidade de trabalho muito reduzida são pessoas com idades compreendidas entre 0-59 anos, que vivem sem emprego ou estão parcialmente desempregadas – isto é, agregados que, em média, adultos com idades entre os 18-59 anos trabalharam menos de 20% do seu potencial de trabalho durante o período de referência do rendimento.

5. O número exacto de crianças em risco de pobreza e exclusão social na UE varia de ano para ano. Para aceder a dados atualizados consulte a página do Eurostat em: epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/income_social_inclusion_living_conditions/introduction

6. Muito trabalho tem sido desenvolvido por académicos e institutos de investigação, assim como pelo subgrupo ‘Indicadores’ do Comité de Proteção Social da UE e outras instituições internacionais como a UNICEFF e a OCDE para desenvolver um conjunto de indicadores mais abrangentes e específicos para as crianças. (consultar o último capítulo para referências).

O indicador da Europa 2020 para avaliar a pobreza e a exclusão social pode ser dividido para mostrar um número geral de crianças em risco de pobreza ou exclusão social. Contudo, embora este seja um meio útil para fornecer uma indicação global da pobreza infantil e exclusão social, não é suficiente para expressar todas as dimensões da pobreza infantil e exclusão social e também do bem-estar das crianças. É necessário um conjunto mais amplo de indicadores que reflita os diferentes aspetos do bem-estar⁷ das crianças e inclua um foco no desenvolvimento saudável e na aprendizagem das crianças, assim como uma divisão pela idade das crianças e o estado do agregado familiar. É igualmente importante transmitir a profundidade e intensidade da pobreza, as mudanças que ocorrem ao longo do tempo e até que ponto as crianças são pobres a longo prazo ou continuamente.

Grande parte desta informação encontra-se disponível e o Relatório Consultivo de 2012 do Comité de Proteção Social à Comissão Europeia sobre a luta e prevenção contra a pobreza infantil, e promoção do bem-estar das crianças (Comité da Proteção Social, 2012) oferece uma síntese útil acerca dos indicadores que podem ser utilizados para monitorizar a pobreza infantil e o bem-estar na União Europeia.

A principal fonte de dados estatísticos da UE para avaliar e monitorar a pobreza infantil e o bem-estar são as Estatísticas sobre rendimento e condições de vida na União Europeia (EU-SILC) tratando-se, na maioria dos países, de um inquérito longitudinal rotativo durante 4 anos (isto é, as pessoas são observadas ao longo de 4 anos).

7. Por exemplo, a extensão e profundidade da pobreza monetária relativa, o estatuto profissional dos pais, a extensão da privação (isto é, falta de bens essenciais), a situação habitacional, o acesso a infantários, o estado de saúde, o nível educacional, a participação em actividades desportivas, recreativas e culturais, etc.

Um problema importante dos dados dos EU-SILC é que são pouco atualizados, ainda que o Sistema Estatístico Europeu esteja a esforçar-se para melhorar a situação. Outro problema é a falta de informação nos EU-SILC que aborde especificamente as condições de vida das crianças.

Um módulo sobre a privação material das crianças foi incluído no exercício de 2009 das EU-SILC, que recolheu esse tipo de informações. Este módulo revelou ser extremamente útil e é essencial que este tipo de questões específicas sobre as crianças sejam regularmente acrescentadas nos exercícios estatísticos futuros dos EU-SILC. Dados importantes de outros inquéritos também se encontram disponíveis sobre áreas como a saúde e a educação. Contudo, se for para encarar o bem-estar das crianças com seriedade, o que é realmente necessário é a realização de um **inquérito de monitorização a nível europeu que tenha em conta a pobreza, a exclusão social e o bem-estar das crianças**⁸ anualmente ou a cada dois anos.

Um inquérito longitudinal sobre as crianças (isto é, um inquérito que acompanhe as crianças ao longo do tempo) pode ser particularmente útil para ajudar a compreender as dinâmicas da pobreza infantil e do bem-estar. Alguns desses inquéritos já são realizados em vários Estados-membros, como é o caso da Irlanda. As EU-SILC já proporcionam informação longitudinal útil (4 anos) sobre a situação das crianças, mesmo que as questões se refiram à situação dos agregados (incluindo agregados com crianças) e dos adultos, mas não sobre a situação específica das crianças. Em 2005, um módulo temático sobre a dimensão da transmissão de pobreza entre gerações foi incluído nas EU-SILC e também oferece informação útil.

8. Estes indicadores referem-se a 2011, à exceção do indicador da privação das crianças que é baseado num módulo temático sobre a privação material recolhido em 2009.

Embora a informação disponível seja limitada, ela permite explorar alguns aspetos dinâmicos da pobreza infantil. Melhorar a recolha de dados de inquéritos sobre o bem-estar das crianças a nível nacional e da UE é importante, mas não é por si só suficiente. Não irá expressar a situação de **alguns grupos de crianças que estão em situação de pobreza extrema e de exclusão social, mas que na sua maioria são “escondidas” ou invisíveis na recolha de dados** (como as crianças em situações familiares difíceis, sem-abrigo e crianças de rua, crianças que vivem em instituições ou que estão prestes a deixar essas instituições, crianças de imigrantes ilegais ou crianças ilegais (PICUM 2009 e UNICEFF, 2012) ou crianças de minorias étnicas como as das comunidades ciganas). **São necessários estudos específicos adicionais que expressem e monitorizem as situações dessas crianças.** Dar um melhor uso a dados administrativos pode ser útil neste caso. Os dados estatísticos e qualitativos são igualmente importantes para desenvolver uma visão global.

Finalmente é importante ter a certeza de que os indicadores têm em conta elementos chave, as famílias pobres e as

crianças devem ser incluídas no processo. Isto significa desenvolver metodologias mais participativas que envolvam tanto as crianças como os pais para decidir quais os fatores que devem ser considerados quando se desenvolvem os indicadores, assim como avaliarem juntos a efetividade dos indicadores e os dados recolhidos sobre a sua realidade.

Uma área que precisa de ser mais desenvolvida em muitos países é a de ter em conta a opinião das crianças que vivem em situação de pobreza e não ter só em consideração as perspetivas dos pais.



Quantas crianças estão em situação de pobreza?

Com que seriedade deve ser encarado o problema da pobreza infantil? Como pode a situação das crianças ser comparada à que é vivida pelos adultos? Será que alguns grupos de crianças correm um risco particular?

A pobreza, e a pobreza infantil em particular, é há muito um problema que assombra a UE. Em muitos países, este problema está a tornar-se mais alargado e grave, sobretudo devido à atual crise económica e financeira.

Alguns elementos chave

- Atualmente, cerca de **25 milhões de crianças**, isto é, **uma em cada quatro** crianças, estão em risco de pobreza e/ou exclusão social (ARPE - ver a Caixa 7);
- As taxas do indicador AROPE são mais elevadas em alguns países do que noutros (17% ou menos na Dinamarca, Finlândia, Eslovénia e Suécia, comparado com 40% ou mais na Hungria, Letónia, Roménia e Bulgária);
- Em alguns países, as crianças em situação de pobreza provêm sobretudo de grupos específicos de alto risco como imigrantes, enquanto em outros países a pobreza infantil está mais difundida e afeta as crianças em geral.
- As crianças têm mais probabilidades de serem pobres ou excluídas socialmente do que os adultos na maior parte (19) dos Estados-membros (em média, em toda a Europa, a diferença é de cerca de 3 pontos percentuais);
- A gravidade da pobreza infantil, da exclusão social e da extensão da privação enfrentada pelas crianças varia consideravelmente entre os Estados-membros. Por exemplo, um estudo demonstrou que países como a Suécia, Dinamarca, Holanda, Finlândia e Luxemburgo têm taxas de privação abaixo dos 10%, enquanto que Portugal, Letónia, Hungria, Bulgária e Roménia têm taxas que variam entre 40% e quase 80% (consultar Guio, Gordon e Marlier, 2012).⁹

9. É importante notar que estas diferenças grandes entre os níveis de privação devem-se em parte ao facto de a privação ter como objetivo calcular as diferenças entre níveis de vida reais tendo por base um padrão da UE, enquanto que a pobreza monetária é uma medida relativa que usa um limiar nacional.

Há crianças que correm mais riscos?

As crianças que enfrentam maior risco de pobreza são aquelas que vivem em **famílias monoparentais** ou em **agregados numerosos** que consistem em dois adultos e pelo menos três crianças dependentes (consultar o Comitê de Proteção Social, 2012).

A maioria dos pais solteiros em risco de pobreza são as **mulheres**. Isto não significa que viver numa família monoparental ou pertencer a uma família numerosa é em si um problema, mas enfatiza a realidade que muitas dessas famílias têm mais dificuldades em obter rendimentos suficientes através do trabalho e/ou benefícios para cobrir as despesas do agregado.

Os números acima apresentados apenas dão uma visão geral da pobreza infantil na medida que existem outros fatores que colocam as crianças em risco, como aqueles mencionados na primeira parte deste capítulo. Depois existe um grupo específico de crianças “escondidas” que sofrem de pobreza extrema e exclusão social que são invisíveis. Isto deve-se ao facto de não viverem em casas privadas que beneficiam das condições básicas de vida referidas em inquérito ou o seu número nesses inquéritos é tão pequeno que não são considerados para análise.

Estas incluem:

- Crianças em **situações familiares difíceis**, tais como as que são alvo de maus-tratos, negligência, abuso sexual, abuso do álcool e drogas, problemas de saúde mental;
- Crianças em risco devido ao **crime, violência ou tráfico**;
- Crianças que **não vivem em famílias**, tais como:
 - Crianças não acompanhadas;
 - Crianças ao cuidado de instituições e jovens que estão a deixar essas instituições;
 - Crianças que vivem em alojamentos temporários;
 - Crianças com pais a trabalhar no estrangeiro;
 - Crianças de imigrantes ilegais;
- Sem abrigo e crianças de rua;
- Crianças que vivem em habitações sem condições (casas com pouco espaço e sobrelotadas, húmidas, sem condições de habitabilidade);
- Crianças **que perdem a sua casa** devido ao despejo da sua família;
- E aquelas que vivem em áreas com grandes concentrações de pobreza e exclusão social, tais como:
 - Áreas urbanas com níveis elevados de privação;
 - Comunidades rurais isoladas.

Taxas que representam o risco de pobreza

Crianças de famílias monoparentais: **40,2%**

Crianças de agregados familiares numerosos que consistem em dois adultos e pelo menos três crianças dependentes: **26,5%**

Crianças de agregados com dois adultos e duas crianças: **14,5%**

Qual o impacto da recessão e da austeridade?

A recessão económica e a introdução das medidas de austeridade estão a acentuar a pobreza infantil e a exclusão social em muitos Estados-membros (consultar, por exemplo, Ruxton,2012). Entre 2008 e 2011, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social nas crianças (AROPE) aumentou em 17 Estados-membros e desceu apenas em 4.

Há um aumento no número de crianças que se tornam sem-abrigo porque as suas famílias ficaram sem casa ou devido a rutura das relações familiares causada pela tensão que resulta da crise (consultar Fondeville e Ward, 2011). Com a continuação da crise económica, o número de jovens sem-abrigo tem aumentado em vários Estados-membros. Este aumento é geralmente subestimado pois vários jovens sem-abrigo passam meses ou anos a viver em sofás de amigos ou de parentes ou em habitações sobrelotadas e pouco adequadas. O aumento mais significativo de jovens sem-abrigo ocorreu na Dinamarca, onde se registam 1002 pessoas, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, em 2011¹⁰. Isto representa um aumento de 58% comparado com 2009 (FEANTSA, 2012). As famílias sem-abrigo também estão a aumentar em vários contextos europeus.

Em 2012, 6 em 21 dos Estados-membros declararam um aumento de famílias sem-abrigo nos últimos 4 anos (República Checa, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Eslovénia).

Isto reflete parcialmente mudanças sociais tais como o aumento das taxas de divórcio e de famílias separadas. Contudo, o **aumento da vulnerabilidade das famílias com crianças a despejos** e penhoras é também um fator (FEANTSA, 2013).

Em regiões mais pobres, os pais são forçados a deixar o seu país para procurar trabalho, deixando por vezes as crianças ao cuidado dos avós ou outros familiares ou, em casos mais graves, em instituições, pois não têm dinheiro suficiente para as sustentar.

A crise está a arrastar as famílias para a pobreza – até mesmo aquelas que nunca antes estiverem em risco de pobreza.

O choque ao verem-se subitamente numa situação de pobreza pode ter um **forte impacto emocional** nas crianças, podendo estas ter dificuldades em adaptar-se à sua nova condição e às mudanças que tal acarreta no seu quotidiano. Em segundo lugar, a **austeridade está a agravar e a aprofundar o fosso da pobreza**, particularmente em grupos que já estavam em elevado risco, como as crianças de minorias étnicas ou imigrantes, em particular as crianças de imigrantes ilegais. Em parte, as piores situações surgem do aumento do desemprego, especialmente do desemprego de longa duração, e também de piores condições de trabalho, com cortes nos salários e reduções nas horas extraordinárias.

10. Centro Nacional Dinamarquês de Investigação Social, *Sem-abrigo na Dinamarca, 2011*

Contudo, também está ligado a restrições nos sistemas de apoio ao rendimento, incluindo cortes nos abonos de família, juntamente com uma diminuição dos rendimentos disponíveis devido ao aumento nos preços dos alimentos básicos, da energia e dos serviços. Os cortes em serviços essenciais, sustentados pelo sector público e organizações não-governamentais, afetam particularmente as famílias com rendimentos baixos. Um sintoma do impacto da crise é o **aumento dos pedidos de ajuda alimentar e outros serviços de emergência.**



8 Estudo de caso sobre o crescimento de bancos alimentares no País de Gales

Os números do Instituto Nacional de Estatística, entre Setembro de 2009 e Novembro de 2010, demonstram que o rendimento semanal no Reino Unido caiu de 373 para 359 libras e que o rendimento médio por agregado no País de Gales é 12% mais baixo do que em todo o país. Ao mesmo tempo, ao longo do último ano, o número de bens alimentares doados no País de Gales atingiu um recorde de 23.000. Novos bancos alimentares foram abertos para ajudar as pessoas em situação de pobreza, diz uma instituição de caridade.

A Trussel Trust, que tem a seu cargo alguns bancos alimentares, afirma que uma em cada quatro famílias que ajuda recebe alguns rendimentos, mas não o suficiente. O banco alimentar de Flinshire, que abriu em Maio na cidade de Mold, já ajudou 400 pessoas, dando-lhes três refeições por dia, três vezes por semana. Também vão abrir bancos alimentares em Wrexham, Denbigh, Caernafon e Pwllheli, enquanto que no sul do País de Gales abriram recentemente em Abergavenny, Chepstow e no Vale of Glamorgan. Existem atualmente 23 bancos alimentares no País de Gales.

Fonte: Reportagem para a BBC Wales (País de Gales) de Sarah Dickins, Correspondente de Economia da BBC Wales (País de Gales), 2 de Outubro de 2012.

www.bbc.co.uk/uk-wales-19785134



Caçador de Mitos: Desafiar os estereótipos!

Este “caçador de mitos” pretende dar resposta e desconstruir mitos comuns e estereótipos sobre a pobreza infantil na Europa de hoje.

Mito 1 Não existe pobreza infantil na Europa próspera; a pobreza real só existe em África.



→ Embora a pobreza em África e em outros países em desenvolvimento seja mais extrema, com mais crianças a morrer de fome, saúde precária e violência, ainda existem muitas crianças na Europa em situação de pobreza. Estas passam fome, não têm segurança alimentar, têm problemas de saúde e uma esperança média de vida reduzida, vivem em habitações inadequadas e em ambientes perigosos, sofrem de desigualdades educacionais, vivenciam discriminação, estigmatização e exclusão e não têm aquilo que as outras crianças consideram como algo adquirido. **Mais de uma em cada 4 crianças na Europa está em risco de pobreza e/ou exclusão social. Uma em cada 5 (21%) sofre de privação material** (consultar Guio, Gordon e Marlier, 2012).

“Ontem à noite estava muito triste, a minha irmã estava muito doente, mas a minha mãe não tinha dinheiro para comprar medicamentos. Ainda faltam três dias até receber o abono de família e eu estou muito preocupada.”
- Anu, Estónia

“Podiam baixar o preço (do combustível) porque as pessoas podem morrer de frio se não o conseguem comprar e a culpa será daqueles que fixam os preços.”
- Gareth, Reino Unido

Mito 2 Pais irresponsáveis são a principal causa de pobreza infantil. Se são pobres a culpa é da família.



- É **muito fácil** culpar os pais e as famílias das crianças pela sua situação. Ninguém quer ser pobre e não é um estilo de vida que se escolha.
- **A pobreza tem várias causas** e frequentemente, os pais em situação de pobreza já cresceram em situação de privação o que prejudicou as oportunidades de se desenvolverem plenamente durante a infância.
- **Estigmatizar e julgar** famílias em dificuldades apenas as exclui ainda mais e aumenta a clivagem social.
- **A maioria dos pais que são pobres faz o seu melhor** para proteger os filhos da pobreza e lutam para encontrar uma solução. Sacrificam-se muitas vezes pelos seus filhos. Por exemplo, não é raro os pais falharem refeições para assegurar que há comida na mesa para os filhos. A sua pobreza é principalmente o resultado de

fatores estruturais como o acesso desigual a direitos, recursos e serviços - por exemplo, a um salário adequado, a um emprego decente, a serviços essenciais ou a uma habitação digna.

- **Todos os pais têm algum comportamento que tem um impacto negativo nos seus filhos.** Os pais que lutam para sustentar a família ou que lidam com experiências dolorosas da sua infância podem estar menos disponíveis emocionalmente para ajudar e apoiar os seus filhos.
- **Uma minoria pode recorrer ao abuso de substâncias**, colocando os seus filhos em risco de abuso ou negligência.
- **A melhor forma de apoiar as crianças destas famílias não é punir os pais**, mas assegurar que a família tem todo o apoio material necessário, assim como intervenções sociais apropriadas que permitam aos pais assumir as suas responsabilidades para com os filhos.

*“Os serviços têm que ser acessíveis, não só os infantários, mas também outros, como os serviços de saúde, para que as pessoas possam trabalhar.”
– Rosalia, Espanha*

“Se fores uma mulher cigana, assim que tiveres filhos será impossível encontrares trabalho.” – Mara, Hungria

Mito 3 As crianças não podem ser pobres quanto têm a tecnologia ou bens materiais mais recentes.



- **As crianças pobres normalmente não têm** os mesmos equipamentos ou aparelhos que são “normais” para as outras crianças. Contudo, algumas têm.
- Isto depende do que é considerado “normal” num determinado país ou região. **Tal não acontece porque os pais são irresponsáveis mas porque pensam que os seus filhos sentir-se-ão diferentes, postos de lado, ou poderão ser vítimas de bullying ou excluídos** por não terem as mesmas coisas que os outros.
- **Ter computador em casa** pode não ser considerado uma necessidade básica, mas terá **impacto na forma como as crianças podem participar na escola**

e nas redes sociais.

- Ter roupas novas, acesso a atividades de lazer, desportivas e culturais, assim como a equipamentos, não é uma questão de sobrevivência mas são uma parte **fundamental do desenvolvimento da criança e da sua autoconfiança.**
- Existe uma **pressão social enorme** sobre as famílias para que sejam capazes de proporcionar aos seus filhos os bens materiais necessários - festas de aniversário, material escolar, roupas novas – de maneira a que as crianças se sintam integradas. Consequentemente, por vezes os pais fazem cortes em bens essenciais como o aquecimento ou a alimentação ou pedem dinheiro emprestado e endividam-se.

“Pobreza é quando não tenho dinheiro para comprar brinquedos.”

– Joaquin, Espanha

“Será que o Pai Natal sabe que somos pobres?” – Anton, Estónia

“Tenho sido criticada por alguns vizinhos, que pensam que sabem melhor do que eu quais são as minhas prioridades, por comprar aos meus filhos os mesmos brinquedos que os colegas têm. É muito difícil, mas prefiro fazer isso do que ver os meus filhos excluídos pelos amigos na escola ou até serem vítimas de bullying. Quem é que não quer ter um filho feliz?”

– Alain, França

Mito 4 A maioria dos pais pobres são preguiçosos e não querem trabalhar



→ Para a maioria dos pais é o oposto.

A maior parte dos pais quer trabalhar. Na grande maioria dos países, muitas crianças de agregados familiares com rendimentos baixos, têm pelo menos um dos pais a trabalhar.

→ A taxa de risco de pobreza no trabalho

para agregados com crianças dependentes na UE é quase de 11%, comparada com 7% dos agregados sem crianças dependentes. Para as famílias monoparentais com crianças dependentes aumenta em média para os 19.5% e em alguns países (Letónia, Lituânia, Suécia, Roménia e Luxemburgo) acima dos 24%.

→ O problema não é a preguiça mas os salários baixos e a insegurança no trabalho,

o trabalho a tempo parcial que é muitas vezes imposto, ou a falta de empregos bem remunerados que poderiam retirar estas pessoas da pobreza.

→ O facto é que muitos pais conciliam vários empregos mal remunerados

para fazer face às despesas, deixando-os sem tempo para atividades familiares ou para ajudarem

no crescimento e desenvolvimento dos filhos.

→ **Para muitos pais** que querem trabalhar, a falta de empregos dignos significa que o **desemprego é um problema real.**

→ Outros fatores que agravam este cenário são **a falta de infantários com qualidade e a preços acessíveis**, horários de trabalho que permitam aos pais passarem tempo com os seus filhos e a falta de transportes acessíveis entre a casa e o trabalho.

“Na Eslovénia, conhecemos cerca de 300 pessoas que perderam o emprego na minha cidade e todas as suas famílias foram afetadas. As crianças veem que os pais não conseguem comprar coisas. As pessoas têm vergonha de procurar a assistência social pois envolve assinar vários formulários. De acordo com a legislação, se as pessoas receberem assistência social as suas casas passam a ser do Estado. Em vez de procurarem ajuda, muitas pessoas continuam a acumular dívidas e a passá-las para os seus filhos. “Os meus filhos podem ver que não têm o mesmo que outras crianças. Os pais não conseguem pagar as despesas escolares dos filhos... quando aparece um funcionário público, eles perguntam – O que posso fazer por si? - e tu dizes – Não tenho dinheiro suficiente para sobreviver.”

- Martina, Eslovénia

“Na Holanda, a nossa organização de pais solteiros lutou por uma lei que dá a oportunidade aos pais solteiros de trabalharem apenas 25 horas, mas receberem o salário no total. A lei foi adotada, mas os políticos não a implementaram.”

- Lisa, Holanda

Mito 5 Dar emprego aos pais é a solução para a pobreza infantil.



- Aumentar o acesso dos pais ao emprego é uma forma muito importante para ajudar as famílias a sair da pobreza. Contudo, é apenas **parte da solução** e de facto, nem sempre é uma solução.
- **Nem todos os empregos** oferecem um salário adequado e têm em consideração a situação familiar (ver o Mito 4).
- **Empregos de má qualidade** não ajudam as famílias a sair da pobreza. Com frequência, verifica-se que não existem trabalhos com qualidade suficientes para responder às necessidades dos pais, sobretudo na área onde vivem.
- Ainda mais importante é saber que **nem todos os pais podem trabalhar**, devido a alguma deficiência ou doença, falta de instrução ou por terem responsabilidades em casa.
- **A falta de infantários a preços acessíveis e próximos** são muitas vezes uma das principais barreiras.
- Outro problema é a **falta de transportes públicos eficientes e a preços acessíveis**. Os pais podem não ter meios económicos suficientes para pagar os transportes necessários para ir trabalhar ou pode não haver transportes disponíveis na sua área.
- O bem-estar das crianças também depende do **acesso a serviços** de qualidade e se estes não estão disponíveis ou não são acessíveis pode pôr em causa o bem-estar da criança, mesmo que os pais trabalhem.
- A melhor forma de prevenir a pobreza infantil e a exclusão é **garantir que a criança e a sua família têm acesso aos seus direitos, recursos e serviços de qualidade**.
- É fundamental assegurar um **rendimento mínimo adequado** para as famílias que não podem trabalhar ou não conseguem encontrar um trabalho digno que cubra o custo de vida, assim como o abono de família, assistência social para as famílias com crianças e a criação de um **sistema de impostos** que apoie as famílias com crianças.
- O bem-estar das crianças também depende do acesso a serviços de qualidade e se estes não estiverem disponíveis ou acessíveis, o seu bem-estar está ameaçado mesmo que os seus pais trabalhem.

“Na Áustria, se uma criança ficar doente, o pai ou a mãe tem direito a baixa remunerada durante 10 dias, mas o número de dias é sempre o mesmo, independentemente se tiverem um ou cinco filhos. Os empregadores não querem recrutar estas mulheres por causa disto...” – Monika, Austria

“Trabalha, trabalha, trabalha, não ouves mais nada... Isto vai resolver os teus problemas”, diz o ministro na Holanda. Para os pais solteiros isto não é tão evidente. Os horários escolares dos teus filhos não estão adaptados às tuas horas de trabalho. Se o teu filho ficar doente, sentes-te culpado e julgado. Fica tudo sobre os teus ombros quando comesças a trabalhar. As pessoas não estão conscientes disto.”
- Marieke, Holanda

Mito 6 **Viver dos benefícios sociais é uma escolha de vida: o s benefícios são muito generosos.**



- Se os benefícios são tão generosos **porque existem tantas pessoas pobres?**
- **Na maioria dos Estados-Membros, o valor dos benefícios está abaixo do necessário para viver com dignidade** e em alguns países está muito abaixo (consultar Frazer e Marlier, 2009). Em muitos países, trabalhar segundo as normas orçamentais (por exemplo, o Reino Unido e a Irlanda) realçou a discrepância entre o valor dos benefícios e os custos reais de uma família (consultar MacMahon et al, 2012).
- Viver de prestações sociais não é a solução para todos os problemas. É uma **luta constante para fazer face ao custo de vida** com rendimentos muito baixos. As famílias têm que gerir os seus fundos com muito cuidado, priorizando os bens essenciais como a roupa, o combustível e a renda – sobra muito pouco ou nada para outras coisas ou para alguma situação de emergência. Consequentemente, o endividamento é um problema real para muitas famílias.
- **Os pais dependem de benefícios sociais porque não têm outra escolha** e porque, devido a um conjunto de razões,

não têm acesso a um salário adequado e a um trabalho flexível que lhes permita ter as condições necessárias para sair da pobreza e cumprir as suas responsabilidades como pais.

- Além disso, **muitos agregados entram e saem do sistema de prestações sociais** e apenas têm acesso a estas por um curto espaço de tempo. Contudo, quanto mais tempo as famílias dependerem de benefícios sociais, sobretudo quando estes têm valores baixos, mais persistente e profundo se tornará o seu nível e a pobreza.
- **Atribuir prestações sociais decentes não é um desincentivo ao trabalho – muito pelo contrário.** Os países que atribuem benefícios sociais mais altos são também aqueles que têm as taxas de atividade e empregabilidade mais elevadas. Melhores prestações sociais oferecem aos pais estabilidade para planearem as suas vidas, procurarem trabalho e manterem os filhos afastados da pobreza, impedindo também o aumento dos custos sociais, económicos e de saúde que teriam se estivessem em situação de pobreza.

“No meu quarto, o telhado está húmido e se olhar para a direita toda a parede está coberta de humidade e eu estou na cama a tremer de frio.” – Gwen, Reino Unido

“Trabalhava na construção civil mas perdi o meu emprego, agora acabou o meu subsídio de desemprego e não sei como vou conseguir sustentar a minha família. Sinto-me desesperado.” - Juan, Espanha

Mito 7 A educação é a única forma de sair da pobreza



- **A educação formal e informal** oferecida pela comunidade ou organizações locais, tais como grupos de jovens, são um complemento importante para os sistemas de educação formal.
 - **Para serem bem-sucedidas na escola, as crianças precisam de um ambiente seguro e acolhedor** com espaço suficiente para estudar e acesso a livros e materiais de aprendizagem.
 - Também precisam de uma **alimentação/dieta equilibrada e vestuário adequado**.
 - **Os pais precisam de ter tempo e recursos suficientes para poderem apoiar e ajudar os seus filhos**.
 - O fornecimento de **refeições saudáveis gratuitas ou de baixo custo na escola é frequentemente um apoio fundamental** em regiões mais pobres.
 - Atualmente, **a educação não assegura que no futuro se tenha rendimentos dignos**. Com um grande número de licenciados desempregados e na pobreza, mesmo uma boa educação não evita que algumas famílias com crianças se encontrem na pobreza.
- “Os jovens precisam de apoio que os tire da rua e que os ajude a planear o que querem fazer. Os seus talentos são uma perda para a sociedade. Precisamos de apoiar os jovens que fracassam na escola o mais rápido possível e dar-lhes outra oportunidade (...) Apoiar as escolas não significa apenas oferecer acesso gratuito a refeições, visitas de estudo, bibliotecas, férias, música, teatro e estágios, mas também à cultura de forma a ajudar as pessoas a fazerem as suas escolhas vocacionais.”*

– Stefan, Austria

Mito 8 Prover o acesso a serviços universais significa desperdiçar dinheiro com crianças e pais que não precisam deles



- **Não é verdade.** Promover o acesso universal a serviços essenciais de boa qualidade, tais como infantários, educação, saúde, serviços sociais e a atividades recreativas, desportivas e culturais, **é a melhor forma de promover o bem-estar das crianças, evitar a pobreza e a estigmatização e exclusão de algumas crianças.** Os pais com mais rendimentos já pagam mais por estes serviços através do sistema fiscal, o que lhes dá o direito de beneficiarem destes serviços. Isto assegura serviços de qualidade para todos.
- Esta é também a melhor forma de **evitar que as crianças de famílias carenciadas acabem na pobreza e sejam vítimas de exclusão social.**
- A provisão universal transmite a mensagem de que o **Estado valoriza todas as crianças e apoia os pais na sua tarefa de educar os filhos.**
- É também a aceitação e um símbolo da **responsabilidade do Estado em assegurar que todas as crianças têm acesso aos seus direitos fundamentais.**
- Por fim, é também uma forma de promover uma **maior solidariedade e coesão social.**

“Tenho uma filha deficiente, que está a acabar agora a educação básica, mas não tem qualquer oportunidade de se integrar. Tenho que adaptar completamente a minha vida às suas necessidades. Quando tiver 10 anos terá direito a um subsídio. Mas ela está sempre fechada em casa, não temos dinheiro suficiente, não podemos passear, ir ao café... Queremos que a nossa filha se integre mas parece impossível.” – Zuzana, Eslováquia

Mito 9 Existem muitos apoios para ajudar as famílias e as crianças.



- Isto **não é verdade em todos os Estados-membros**. O nível de serviços e apoio às crianças e famílias varia bastante na UE, de região para região e de distrito para distrito. Por exemplo, alguns países oferecem serviços públicos mínimos, depositando a sua confiança no voluntariado ou de ONGs necessitadas de recursos.
- Em muitos **países onde os serviços existem, são inadequados e encontram-se mal distribuídos** e com o impacto da austeridade, muitos serviços têm sofrido cortes graves.
- Além disso, **alguns serviços só são disponibilizados para certas pessoas em situação de pobreza**. Alguns grupos como crianças com deficiência ou crianças com pais imigrantes podem não ter acesso, reforçando assim a desigualdade.
- **Os sistemas de benefícios são muitas vezes limitados e demasiado complicados** e as pessoas nem sempre conseguem

saber a que têm direito, especialmente alguns grupos como os imigrantes que podem não ter acesso a qualquer benefício do Estado.

- Além disso, **muitas famílias mostram-se relutantes quando têm que pedir ajuda com medo do estigma social**.
- Também **muitas pessoas estão presas a habitações sobrelotadas e pobres**.
- Um **exemplo da discrepância** que existe no acesso aos serviços, à educação e cuidados durante a primeira infância. Em 2002, no Conselho Europeu em Barcelona, os Estados-Membros acordaram que até 2010 iriam providenciar infantários a tempo inteiro nos acordos de acolhimento de crianças formais a pelo menos 90% das crianças com idades entre os 3 e a idade de começo da escolaridade obrigatória e a pelo menos 33% a crianças com menos de 3 anos. O progresso tem sido desigual: Apenas cinco países ultrapassaram os 33% para crianças dos 0 aos 3 anos e outros cinco estão a aproximar-se desses valores, no entanto, a maioria encontra-se abaixo dessa percentagem, com cinco países a atingir valores de 10% ou menos. Oito países excederam os 90% para crianças com idades acima de 3 anos e três outros países encontram-se com valores aproximados, porém, os valores estão abaixo dos 70% em praticamente um terço dos Estados-Membros (ver Comissão Europeia, 2011).

“Foi dito a uma mulher para pôr os seus filhos num orfanato porque ela não tinha dinheiro suficiente para cuidar deles. É um absurdo. Ela tinha quatro filhos. Seria muito mais caro ter os seus filhos a serem cuidados num orfanato.”

– Pavel, República Checa

Mito 10

Prevenir e combater a pobreza infantil é muito caro. Atualmente, não podemos gastar dinheiro na luta contra a pobreza infantil: faremos isso quando a economia estiver melhor.



→ O número de crianças em situação de pobreza e exclusão social já era um grande **problema na UE mesmo nos anos de crescimento económico, com elevadas taxas de empregabilidade, mesmo antes da recessão e dos programas de austeridade começarem**. Já em 2007, os valores de pobreza infantil atingiam os 26.3% e em 2011 os 26,9%. Portanto, esperar pela recuperação económica não é a solução.

→ O importante é **aplicar as políticas corretas para prevenir, assim como reduzir a pobreza infantil e melhorar o bem-estar das crianças**. O facto de alguns Estados-Membros (ex. Suécia, Dinamarca, Finlândia e Eslovénia) terem sido capazes de alcançar taxas mais baixas de pobreza infantil e de exclusão social demonstra que as políticas fazem a diferença e que o progresso é possível.

→ De facto, o argumento principal é que não prevenir ou combater a pobreza infantil tem custos demasiado elevados. **Investir no bem-estar das crianças, não só é importante no presente, mas também é um investimento para o futuro**. As crianças que crescem em situação de pobreza

têm menos probabilidades de contribuírem para o crescimento económico no futuro o que acarretará mais custos para o Estado.

→ Tendo em conta o envelhecimento da população europeia, é **mais importante do que nunca que todos os jovens sejam capazes de alcançar o seu potencial máximo para que contribuam no futuro**. Cortar no investimento nas crianças e, especialmente, no combate à pobreza infantil em tempos de austeridade é uma ação a curto-prazo que terá custos e consequências negativas a longo-prazo. Os custos elevados para os indivíduos, sociedade e a economia que resultam da pobreza infantil e os resultados positivos que advêm do investimento nas crianças, demonstram que as sociedades não podem parar de investir na prevenção e luta contra a pobreza infantil (ver Griggs e Walker, 2008 e Action for Children, 2009).

“Todas as crianças precisam de uma cama quente, um teto e de comida saudável para estarem bem.” – Maria, Espanha

“As crianças são consideradas pessoas pela metade, não são cidadãos (não votam), mas elas são o nosso futuro!” – Balazs, Hungria

“As crianças, como crianças e como os adultos de amanhã, precisam de ser o foco das políticas sociais. Se responderes às necessidades das crianças, estás a dar resposta às necessidades de todos os seres humanos. O bem-estar das crianças e a sua inclusão social deve ser considerado em toda a sua multidimensionalidade.” – Dirk, Alemanha





QUAIS SÃO AS SOLUÇÕES?

Alguns países e regiões são muito mais eficazes na luta contra a pobreza infantil e exclusão social assim como na promoção do bem-estar. Isto prova que aplicar as políticas certas é importante. É crucial destacar estes exemplos positivos para identificar o que precisa de ser feito.

Pré-requisitos para uma ação eficaz

- Existem evidências por toda a Europa que mostram que existem um número de coisas que devem estar disponíveis para que possam ser desenvolvidas políticas e programas eficazes e sustentáveis ao longo do tempo, (ver Devlin e Frazer, 2011). Em particular:
 - Os governos devem assumir um forte compromisso político para melhorar o bem-estar das crianças, para prevenir e combater a pobreza infantil e exclusão social e para salvaguardar os direitos da criança. Isto pode ser reforçado nomeando um Ministro ou um Gabinete para o bem-estar e os direitos da criança;
 - Um compromisso que assegure a distribuição justa dos rendimentos e recursos e níveis baixos de desigualdade através da cobrança progressiva de impostos é importante para prevenir a pobreza e a exclusão social e para promover o bem-estar na sociedade;
 - Uma estratégia abrangente, multidimensional e integrada deve ser desenvolvida para prevenir e combater a pobreza infantil e promover o bem-estar das crianças, dirigindo-se a todos os aspetos do bem-estar das crianças de forma coordenada e holística que abranja várias áreas políticas. Por outras palavras, é necessária uma abordagem a vários níveis e multisectorial;
 - Um compromisso para prevenir e oferecer
- serviços universais disponíveis para as crianças e respetivas famílias é importante para assegurar o bem-estar das crianças desde o início e assim, reduzir as probabilidades de caírem numa situação de pobreza;*
- Como parte da abordagem estratégica as metas devem ser quantificadas e devem ser estabelecidos objetivos claros e calendários de ações para assim reduzir a pobreza infantil e a exclusão social e promover o bem-estar das crianças;
 - Para assegurar uma abordagem abrangente devem ser implementadas disposições institucionais formais para que a preocupação com o bem-estar infantil esteja presente em todas as áreas políticas e para coordenar a planificação e aplicação de políticas tanto horizontalmente (i.e. entre os diferentes departamentos governamentais) como verticalmente (i.e. entre os diferentes níveis do governo) para que se possam reforçar mutuamente;
 - O combate à pobreza infantil e à exclusão social deve fazer parte de uma estratégia nacional mais abrangente no sentido de uma prevenção destas situações e da desigualdade;
 - Políticas eficazes devem ser implementadas para apoiar as famílias, mas este apoio não será suficiente para promover o bem-estar das crianças;
 - Políticas de combate à pobreza infantil devem ser inseridas num contexto mais abrangente das políticas de forma a promover o bem-estar das crianças (ver caixa 9). Existe uma necessidade de combinar políticas universais e ações com o objetivo de promover o bem-estar das crianças e prevenir a pobreza infantil com políticas direcionadas para atenuar a pobreza e exclusão social;



9 Pontos essenciais: Por que razão o combate à pobreza infantil deve ser tido em conta no contexto mais abrangente do bem-estar das crianças?

Existem quatro razões principais que explicam por que razão o combate à pobreza infantil e à exclusão social deve ser tido em conta num contexto mais abrangente da promoção do bem-estar das crianças:

Primeiro, para alcançar progresso a longo prazo-prazo é importante colocar o foco na prevenção, assim como, na diminuição da pobreza infantil e da exclusão social. Isto significa implementar políticas e programas que, tanto quanto possível, irão promover o bem-estar das crianças e prevenir que estas e as suas famílias caiam na pobreza e na exclusão social. Assim, destaca-se também a importância da prevenção para evitar que os problemas surjam mais tarde.

Em segundo lugar, dar relevância ao bem-estar coloca os direitos e necessidades das crianças no centro das políticas. Reconhece-se assim que as crianças têm direitos e que protegê-los e assegurá-los é a melhor forma de garantir o seu bem-estar e evitar a pobreza infantil. Também assegura que as políticas desenvolvidas vão de encontro às necessidades das crianças e que garantem o seu bem-estar no futuro.

Em terceiro lugar, colocar a ênfase no bem-estar assegura uma abordagem holística que reconhece que a prevenção e combate à pobreza infantil e à exclusão social é muito mais do que uma questão de rendimento, mas também de suprir áreas como a educação, saúde, habitação, ambiente, lazer, desporto e cultura.

Por último, o enfoque no bem-estar assegura que qualquer estratégia permanece centrada na criança o que coloca a ênfase no seu desenvolvimento, participação e capacitação.

- *Uma abordagem sectorial ou de parceria deve ser promovida de forma a combinar os esforços de governos nacionais, regionais e locais com os dos pais e crianças, comunidades locais, ONGs e empregadores. Por exemplo, os empregadores ao adotarem salários dignos têm um papel essencial, assim como os setores lucrativos/privados em termos da sua responsabilidade corporativa para com a comunidade. As ONGs desempenham um papel vital no apoio aos pais e às crianças oferecendo serviços essenciais e trabalhando com as comunidades locais e as autoridades públicas no desenvolvimento de soluções integradas;*
- *O papel importante desempenhado pelas ONGs no apoio às crianças em risco e na proteção dos seus direitos, assim como a função crucial na sua promoção e defesa deve ser reconhecido, apoiado e financiado. Elas devem estar totalmente envolvidas no desenvolvimento e implementação das estratégias integradas a nível nacional, regional e local;*
- *Devem ser disponibilizados meios para ouvir e envolver TODAS as crianças, incluindo aquelas que se encontram em situação de pobreza de forma não estigmatizada e os seus pais, no desenvolvimento, implementação e monitorização das políticas e serviços que os afetam;*
- *O desenvolvimento de políticas devia ser baseado em estudos, portanto devem ser tomadas medidas no sentido de garantir o acesso a informação de qualidade e análise e monitorização regular sobre o impacto dessas políticas.*



10 O que precisa ser feito - na perspetiva dos pais

“As crianças são um grupo vulnerável e desprotegido na nossa sociedade. Não podem fazer nada para sair da pobreza. É importante detetar os problemas logo no início. A educação é uma matéria urgente, na Estónia, muitos estudantes abandonam a escola. Devíamos detetar rapidamente quem são as crianças que precisam de ajuda. Existem períodos sensíveis no desenvolvimento das crianças. Nenhum talento deve ser desvalorizado e nenhuma criança deve ficar para trás!” - Laura, Estónia

“Nas zonas rurais, as escolas estão a fechar porque a população está a ir embora, então tornou-se normal que numa escola primária exista apenas uma turma com crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos. As escolas privadas estão a crescer e as escolas públicas estão a ficar sem meios. Precisamos urgentemente de uma educação de qualidade para todos.” – Andreea, Roménia

“Muitas pessoas deixam os filhos ou famílias sozinhas para encontrar trabalho na Europa Ocidental. Estas crianças vivem com essa perda e crescem sós, sem os apoios que precisavam. Isto também provoca problemas mentais. A UE tem que apoiar as famílias porque a pobreza familiar faz-se acompanhar da pobreza infantil.” – Andrius, Lituânia

“Não existem infantários suficientes para as famílias monoparentais e para aqueles com crianças mais velhas, as mães têm dificuldades se as escolas não puderem ficar com as crianças durante a tarde. Procurar emprego torna-se ainda mais difícil.” – Lisa, Áustria



Uma abordagem baseada em três pilares

O trabalho realizado sobre o problema da pobreza infantil, exclusão social e o bem-estar das crianças na União Europeia tem enfatizado a necessidade de uma abordagem baseada em três pilares: assegurar o acesso a recursos adequados; acesso a serviços de qualidade; e à promoção da participação das crianças e dos seus pais (ver, por exemplo, a Presidência Belga da União Europeia, 2010 e a Recomendação da CE: Investir nas crianças: quebrar o ciclo da desvantagem, 2013).



1 Acesso a recursos adequados

É inaceitável que as crianças tenham que crescer em famílias com rendimentos demasiado baixos que as impede de viver com dignidade e que gastam todo o seu tempo e energia a tentar sobreviver. Existem dois aspetos fundamentais para garantir um rendimento adequado: **sistemas de apoio ao rendimento adequado e acesso ao emprego para os pais e famílias.**

Garantir um **apoio ao rendimento adequado** às famílias com crianças implica uma combinação coerente e eficiente de benefícios enquanto se mantem um equilíbrio adequado das prestações pecuniárias (incluindo incentivos fiscais, crédito ou assistência social) e benefícios em espécie em áreas chave como a saúde, educação, habitação e infantários, assim como prestações universais e direcionadas. As transferências sociais (exceto pensões) desempenham um papel vital na redução dos níveis de pobreza infantil na maioria dos Estados-membros.

Reduzir ou tornar os benefícios para os pais mais restritivos e condicionais pode ser contraproducente, especialmente se não existirem empregos adequados, podendo levar ao aumento da pobreza infantil e atingir diretamente o bem-estar das crianças. A existência de abono de família é um reconhecimento importante dos custos extra que as famílias com crianças enfrentam e também que as crianças são desejadas e bem acolhidas pelo Estado.

Facilitar o acesso dos pais ao mercado laboral e garantir que o salário que auferem é suficiente para tirar as famílias da pobreza, envolve em primeiro lugar, assegurar que existem empregos de qualidade disponíveis. Envolve ainda:

- *Desenvolver políticas de apoio ao emprego e de ativação que ajudem os pais a adquirir as competências para se candidatarem a empregos de qualidade;*
- *Criar e integrar sistemas fiscais e de benefícios e desenvolver políticas de salário mínimo e que ajudem na transição do desemprego para o mundo do trabalho, o que por sua vez, assegura um rendimento adequado e não força os pais a aceitarem empregos mal remunerados;*
- *Melhorar o acesso a serviço de acolhimento e guarda de crianças de qualidade com preços adequados e a centros de atividades pré-escolares para todas as famílias;*
- *Assegurar que os custos de transporte não são uma barreira para aceitar um emprego;*
- *Promover políticas que conciliam o trabalho e a vida familiar, como por exemplo, trabalho flexível e redução das horas de trabalho.*



17 Pontos essenciais: Conseguir um equilíbrio entre políticas universais/globais e as políticas direcionadas

Um dos pontos-chave é determinar até que ponto devem os Estados-membros desenvolver políticas universais para promover o bem-estar de todas as crianças, ou devem direcionar os recursos para as famílias e crianças mais carenciadas. Na prática, a maior parte dos países combina as políticas universais, que têm como objetivo promover o bem-estar das crianças e prevenir a pobreza infantil e exclusão social, com políticas direcionadas que visam atenuar a pobreza e a exclusão social. Enquanto o equilíbrio entre as duas abordagens depende da situação e tradição dos diferentes países, os Estados-Membros que são mais bem-sucedidos na redução da pobreza são aqueles que adotam uma abordagem mais universal, baseada na convicção de que é mais eficaz e efetivo prevenir os problemas e assegurar a igualdade de oportunidades para todas as crianças. Com esta abordagem universal, as políticas focam-se nas crianças com dificuldades específicas e oferecem-lhes apoios que lhes permitam ultrapassar as barreiras que as impedem de aceder a serviços e oportunidades, uma espécie de universalismo ajustado.

Enquanto os serviços universais que oferecem meios e oportunidades para todas as crianças e jovens devam ser priorizados, será sempre necessário um elemento de apoio direcionado para aqueles que são mais vulneráveis. Todavia, o elemento principal é garantir que as provisões direcionadas sejam entregues de uma forma não estigmatizada que garanta que a taxa de utilização seja maximizada e que as crianças e respetivas famílias se sintam apoiadas e integradas e não diferentes dos outros. O direcionamento, que é dirigido a regiões ou a grupos etários concretos, evita rotular ou estigmatizar as pessoas. Contudo, muitas vezes, o acesso às provisões (ex: refeições escolares) é inadequado e não abrange todas as famílias em situação de pobreza, levando à rotulação e estigmatização, o que pode contribuir para

que as crianças e famílias fiquem “presas” à pobreza aos rótulos e ao estigma levando à não utilização ou recurso destas ajudas.

Apenas podem solicitar apoio (ex. Rendimento Social de Inserção) para atenuar a pobreza depois das famílias e crianças estarem já em situação de pobreza. Por outras palavras, para aceder aos apoios é necessário, viver na pobreza, preencher uma declaração relativa às necessidades e meios que possui e fazer prova de pobreza para satisfazer os requisitos das autoridades competentes. Tudo isto antes que algum pagamento seja feito. O serviço universal pode prevenir a pobreza antes que esta surja. Tem a vantagem de fazer as famílias sentirem-se seguras e transmite a mensagem de solidariedade social, de que as famílias e crianças são desejadas e que têm direito a uma vida melhor.

Sobretudo numa época de austeridade, existe uma tendência crescente para muitos Estados-Membros se centrarem em atenuar e direcionar, bem como em cortar nas abordagens mais universais. Isto é uma solução a curto prazo que tem impacto negativo a longo-prazo. Devido à sua natureza estrutural, a pobreza infantil e a exclusão social devem ser combatidas com urgência, tendo por base abordagens mais preventivas, essenciais para evitar custos a longo-prazo.

Deste modo, se durante um período de crise é necessário que os mais ricos contribuam mais para equilibrar os orçamentos, então é justo e faz sentido que a longo prazo se aplique a mesma política às pessoas com rendimentos mais elevados (por exemplo, aumentando os impostos), em vez de limitar o fardo sobre os ricos com filhos cortando-lhes o acesso aos serviços universais para as crianças e para aqueles que são responsáveis pela sua educação. Neste sentido, os serviços podem ser preservados e o fardo pode ser partilhado por toda a população mais abastada.

12 Equilíbrio entre os serviços universais e direcionados e os benefícios para as crianças

O Ano da Educação Pré-escolar Gratuita na Irlanda

Um programa de cuidados para as crianças e educação, conhecido como “Free Pre-school Year” (Ano da Pré-escola Gratuita) foi introduzido em 2010. Mais de 60.000 crianças participam, com um custo de €166 milhões por ano. Em geral, as crianças qualificadas para este programa têm idades compreendidas entre os 3 anos e dois meses e os 4 anos e 7 meses no dia 1 de Setembro do ano em que irão começar. São oferecidas às crianças matriculadas nas escolas participantes 3 horas por dia, nos dias úteis e durante 38 semanas. As crianças nos infantários têm direito a duas horas e 15 minutos por dia num período de 50 semanas. Além disso, também existem outras iniciativas:

- O projeto pré-escolar *Early Start*, disponível em 40 escolas primárias localizadas em áreas urbanas desfavorecidas, é um programa educativo que melhora o desenvolvimento, ajuda a evitar o fracasso escolar e a compensar os efeitos da carência social;
- O projeto *Rutland Street* é uma pré-escola anexada à escola primária *Rutland Street* em Dublin. Embora não faça parte do projeto *Early Start* foi utilizada como escola piloto para muitas abordagens adotadas por esse projeto;
- *The Community Childcare Subvention* (Comunidade da Subvenção dos Cuidados Infantis) é um programa que apoia pessoas que cuidam das crianças de famílias de baixos rendimentos.

(Para mais informações, consulte: www.oireachtas.ie/parliament/media/housesoftheoireachtas/libraryresearch/spotlights/spotEarlyEd180412.pdf)

Holanda: Centros de Jovens e Família

As autoridades locais oferecem apoio universal, abrangente e gratuito às famílias. Os centros são chamados de Centros de Jovens e Família e oferecem os seguintes serviços: cuidados de saúde para crianças e jovens, apoio familiar (informação e orientação, identificação de problemas, aconselhamento, ajuda pedagógica mínima e coordenação de cuidados), uma ligação com a Youth Care Agency, School Care e Advice Teams. Os centros de Juventude e Família fornecem serviços universais e irão encaminhar as famílias para serviços especializados.

(Para mais informações, consulte: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/FPS/Eurochild/COMPACT_FPS_Round_Table_report_2011_-_The_role_of_local_authorities_in_parenting_support.pdf)

Lojas de Parentalidade da Comunidade Flamengo da Bélgica

Oferecem serviços gratuitos a quem quer que esteja interessado, tais como: informação, apoio emocional e físico, aconselhamento e orientação, formação, promovem o contacto social e estimulam a autonomia, sinalização precoce e encaminhamento. Os profissionais encaminham as famílias que necessitam de apoio mais específico para as entidades que prestam esse tipo de serviços ou apoio.

(Para mais informação: www.eurochild.org/fileadmin/Communications/09_Policy%20Papers/policy%20positions/EurochildCompendiumFPS.pdf)

2 Acesso a serviços de qualidade

Promover o acesso a serviços inclusivos e de qualidade é muito importante para o bem-estar das crianças. **Os serviços universais de saúde, educação e habitação na infância** devem ser desenvolvidos e disponibilizados para que o seu **acesso seja simples, sem burocracia, flexível, que respeite os diferentes contextos culturais, sociais e religiosos dos seus clientes e que sejam capazes de explorar uma rede abrangente de famílias e serviços.**

Os serviços devem promover o desenvolvimento pessoal e a capacitação das crianças e apoiar a resiliência em situações de crise. Também devem ser disponibilizados de forma a serem sensíveis às necessidades das crianças e famílias em situação de pobreza, com uma equipa com formação para ouvir e colocar as necessidades da criança e dos pais no centro de tudo o que fazem. Áreas chave incluem:

- *Assegurar que todas as crianças, quer os pais trabalhem ou não, têm **acesso à educação de qualidade e a outros serviços.** Isto é crucial para o desenvolvimento da criança e para o seu sucesso futuro no sistema de educação. É amplamente reconhecido como um meio para compensar as carências económicas e de eficazmente pavimentar um futuro de sucesso no desenvolvimento da criança;*
- ***Desenvolver intervenções nos primeiros anos da infância e serviços de apoio** pode assegurar uma identificação precoce das crianças e famílias com problemas, ajudando no apoio às famílias e assim remover os obstáculos que prejudicam o desenvolvimento futuro da criança. Uma intervenção precoce tem, frequentemente um impacto positivo na vida da criança. Estes serviços podem incluir o desenvolvimento de centros familiares em comunidades desfavorecidas ou oferecendo às mães visitas pré e pós-natal de enfermeiras e/ou de assistentes sociais.*



13 Apoios a crianças na Bélgica e em Espanha

Famílias em Programas de Pobreza (Cruz Vermelha Espanhola e Cáritas)

A Cruz Vermelha e a Cáritas ajudaram mais de 500.000 crianças em situação de pobreza em 2011, em Espanha. Ambas participam ativamente na Aliança dos Direitos das Crianças Espanholas (www.plataformadeinfancia.org)

Cruz Vermelha Espanhola: ajudou 325.181 famílias em situação de pobreza e exclusão social com 207.403 crianças como parte do programa de “luta contra a pobreza”. 87% das famílias têm crianças, 27% das quais vivem em agregados numerosos com 3 ou mais crianças, 71% dos pais ou tutores estão desempregados, 7% são sem-abrigo e 83% são imigrantes, a maioria de Marrocos, Roménia, Bolívia, Equador, Colômbia e Bulgária.

Os projetos principais são apoios integrados através de: alimentação, apoio social, prevenção de exclusão escolar, ajuda monetária para cobrir necessidades básicas, aconselhamento familiar, unidades móveis de emergência social e serviços sociais de emergência, incluindo os centros/abrigos para os sem-abrigo e projetos de inclusão social em áreas desfavorecidas. O programa “Crianças em Dificuldades Sociais” ajudou 67.878 crianças em risco social através da proteção de menores, lazer e animação social para crianças hospitalizadas, apoio específico

para crianças imigrantes (incluindo menores não acompanhados) e trabalho comunitário com menores infratores.

Cáritas Espanhola – apoia 30.452 crianças em situação de pobreza como parte do programa das crianças da Cáritas que oferece ações abrangentes articuladas com outros programas sociais para famílias, mulheres e imigrantes. Atividades chave incluem: apoio educativo e social por equipas de assistentes sociais e orientadores que servem de ligação com as autoridades agindo como mediadores interculturais para migrantes, crianças ciganas, fazem formação de equipas sobre abordagens e direitos das crianças. A Cáritas também ajuda crianças que não vão à escola, tem centros de dia, creches e infantários, acompanhamento de menores infratores, atividades para ajudar crianças em situações especiais de exclusão, defesa de menores não acompanhados, etc.

La Maison Ouverte [A Casa Aberta], (Marchienne-au-Pont, Bélgica)

Este é um centro de acolhimento para crianças, direcionado às famílias, com especial atenção às famílias desfavorecidas. O seu principal objetivo é fazer com que as relações dos pais funcionem, apoiando-os e envolvendo-os nas atividades das crianças, organizando intercâmbios de grupos e trabalhando na construção de uma relação de confiança entre diferentes serviços, os pais e crianças, com o propósito de melhorar o bem-estar da família. O projeto foi distinguido com o Prémio Federal Belga de Combate à Pobreza em 2009.

O projeto de cuidados às crianças (0-3 anos): Mic-Ados (Marche-en-Famenne, Bélgica) oferece um valioso apoio às famílias em situação de pobreza

A Mic-Ados é um serviço para crianças e jovens (0-18 anos) (Aide en milieu ouvert, AMO) centrada sobretudo nos adolescentes. Abriu um serviço de infantários como resposta à procura existente desse serviço nesta área rural. Este serviço visa ajudar pais em situação de pobreza a encontrar babysitters a preços baixos para que possam ir trabalhar, ir a uma entrevista ou simplesmente fazer uma pausa, sem compromissos a longo prazo ou sem passar por nenhum procedimento administrativo complicado. Embora tivesse bastante procura, o projeto não conseguiu continuar devido à falta de financiamento público. O Departamento do Trabalho da Juventude da Fédération Wallonie-Bruxelles autorizou o projeto e as autoridades públicas elogiaram o seu trabalho, mas não foram oferecidos subsídios pois cada um destes órgãos afirmou não ser da sua competência ajudar, visto que o projeto estava relacionado com os setores do trabalho e da criança. Por outro lado, o serviço era cada vez mais procurado por pessoas em situação de pobreza e empregadas, forçadas a aceitar trabalhos precários (por turnos, a tempo parcial, suspensão de trabalho e trabalho noturno). O projeto esforçou-se para responder à procura mas devido à falta de ajudas financeiras teve que confiar em estudantes ou reformados como provedores de cuidados às crianças. Os coordenadores do projeto tentaram encorajar o envolvimento de pessoas a receber o rendimento ou salário mínimo, argumentando que era um meio de formação social e profissional e de integração. Porém, as autoridades nunca deram resposta a esta sugestão.

O projeto destaca assim não só o problema do acesso a serviços flexíveis, mas também o impacto do trabalho precário na vida familiar. Website: www.micados.be

- Desenvolver **políticas de educação de qualidade inclusivas** que previnam e ultrapassem as desvantagens educacionais, oferecendo uma igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente do seu contexto e assegurando que nenhuma criança é deixada para trás. Isto inclui:

- ↳ Reduzir as barreiras financeiras para assegurar que as crianças pobres são capazes de participar totalmente no sistema educativo;
- ↳ Ajudar crianças com dificuldades em integrar-se nas escolas e desenvolver políticas que reduzam o abandono escolar precoce, uma abordagem de que “nenhuma criança é deixada para trás”;
- ↳ Integrar as minorias, particularmente crianças com deficiência e as que pertencem a minorias étnicas (ex: comunidades ciganas) ou imigrantes, em escolas de ensino regular;
- ↳ Garantir que o ambiente escolar é acolhedor e inclusivo e que tem em conta a individualidade das crianças;
- ↳ Evitar a segregação e discriminação, assegurar a mesma qualidade de ensino para todos;
- ↳ Desenvolver políticas eficazes no combate ao bullying, exclusão e estigmatização;
- ↳ Assegurar que as crianças não começam as aulas com fome e por isso não são capazes de se concentrar, através da disponibilização de refeições grátis nas escolas durante o ano letivo;

Algumas escolas na Estónia começaram a servir papas pela manhã, a qualquer criança que queira: sem estigmatização e é bom para todos.

- ↳ Desenvolver uma melhor integração das escolas nos bairros;
- ↳ Envolver os pais, sobretudo os mais carenciados, na educação dos filhos, oferecendo apoio parental e interligando a aprendizagem das crianças com a dos pais;
- Reconhecer e reforçar o papel fundamental desempenhado pela **educação não-formal e informal** no desenvolvimento das crianças e jovens: as crianças são diferentes e precisam

de ser apoiadas de forma diferente. A educação formal não é o único mecanismo de apoio, o apoio não-formal e informal também é crucial e oferece outras formas de construir a confiança das crianças e apoiar o seu desenvolvimento. A aprendizagem não-formal e informal reflete o processo de aprendizagem ao longo da vida e contribui significativamente para o desenvolvimento da criança, incluindo para a sua inclusão social;

- Desenvolver políticas inclusivas para assegurar que as crianças desfavorecidas têm as mesmas oportunidades para brincar, relaxar e participar num amplo leque de **atividades de lazer, desportivas, recreativas, culturais e cívicas**, tal como as outras crianças e, além disso, que sejam apoiadas e encorajadas a fazê-lo. Esta é uma parte essencial para assegurar o seu desenvolvimento pessoal e a sua inclusão ativa na sociedade, ajudando as crianças a desenvolverem as suas capacidades, autoconfiança, a melhorarem a autoestima e a identidade, a promoverem o respeito pela diversidade cultural e combaterem a discriminação;
- Melhorar o acesso de todas as crianças a **cuidados de saúde de qualidade (incluindo o apoio à saúde mental)**. Em particular, as crianças que vivem em famílias com rendimentos baixos têm uma maior probabilidade de terem um acesso reduzido aos serviços de saúde e levarem estilos de vida pouco saudáveis. É essencial desenvolver políticas e serviços de apoio que ajudem a ultrapassar as desigualdades na saúde e a remover as barreiras de acesso, focando-se em obstáculos como o custo e a falta de informação;
- Garantir que as famílias com crianças têm acesso a **habitações adequadas e a preços acessíveis**. Entre outras coisas, isto pressupõe:
 - ↳ Prevenir e combater a concentração de pobreza em áreas específicas;
 - ↳ Assegurar a provisão adequada de habitações sociais;
 - ↳ Desenvolver medidas para evitar o despejo de crianças das suas casas;
 - ↳ Garantir um regulamento adequado sobre as rendas e condições das habitações arrendadas;

- ↳ Reduzir o número de famílias com crianças em alojamentos temporários, mas também disponibilizar abrigos temporários para as famílias com crianças que perderam as suas casas;
- **Desenvolver serviços sociais e de proteção de crianças de qualidade.** Estes devem:
 - ↳ Fazer tudo o que for possível para apoiar os pais e manter as famílias juntas visto que a qualidade das relações familiares, relações de amizade e bairros seguros, é um fator chave na redução do impacto das carências sobre o bem-estar das crianças e o seu desenvolvimento emocional.
 - ↳ Assegurar níveis elevados de proteção social para as crianças mais vulneráveis, no melhor interesse das crianças;
 - ↳ Quando forem necessários cuidados fora do âmbito familiar, providenciar, tanto quanto possível, esses cuidados na comunidade e em famílias com bom acesso aos serviços;
 - ↳ Desenvolver programas que reduzam o número de crianças em instituições e disponibilizar apoio coordenado e integrado no acesso a serviços para crianças e jovens quando deixam as instituições;
- **Desenvolver serviços de apoio integrado para os pais.** Como a maioria das crianças pobres vive em famílias pobres, estas devem ser os principais alvos de ação: não para acrescentar dificuldades, mas para ajudar os pais a oferecerem aos seus filhos uma melhor qualidade de vida e apoiarem o seu desenvolvimento e bem-estar. Isto significa dar apoio integrado aos pais, ajudando-os no acesso adequado a recursos, empregos de qualidade, bons infantários, habitação, serviços sociais e de saúde, bem como ajudá-los a entender os seus papéis como pais e como podem apoiar de forma positiva os seus filhos, mesmo se se encontrarem em circunstâncias difíceis.

Como demonstrado neste resumo, existe um amplo leque de serviços que são importantes para o bem-estar das crianças e respetivas famílias. Contudo, as necessidades das crianças e dos pais não se encaixam em caixas organizadas. Estas são complexas e estão

interligadas. A provisão de serviços precisa de respeitar este aspeto. Portanto, os serviços devem, tanto quanto possível, ser oferecidos de forma holística, coordenada, flexível, acessível e oportuna a nível local, respondendo às necessidades individuais da criança e dos pais.

3 Estimular a participação das crianças e dos pais

Capacitação das crianças

Em primeiro lugar, as crianças têm o **direito de ser ouvidas e de participar nas decisões** que as afetam, tanto a nível individual como coletivo. É essencial que sejam desenvolvidas políticas proativas e programas que incentivem a sua participação.

14 O direito das crianças a serem ouvidas

O Artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas (CNUDC) destaca o papel da criança como participante ativa na promoção, proteção e monitorização dos seus direitos. Isto significa que todos os Estados signatários da CNUDC (i.e. todos os Estados-Membros) são obrigados a promover os direitos das crianças a serem ouvidas e a ter os seus pontos de vista levados em consideração em matérias que as afetam, quer seja na família, na escola ou na comunidade. Evidentemente, as políticas e a legislação não estão excluídas.

As crianças em situação de pobreza conhecem bem a realidade em que vivem e sabem o que poderia contribuir para melhorar o seu bem-estar. Este conhecimento é vital para melhorar políticas e tornar os serviços mais eficientes. Em terceiro lugar, a participação é um elemento chave na construção da autoconfiança e autoestima da criança e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento global.

Embora, existam barreiras que impedem a participação de todas as crianças, estas aumentam quando se trata de crianças desfavorecidas (especialmente para as mais novas). É frequente sentirem-se estigmatizadas e discriminadas e é provável que as abordagens tradicionais de apoio psicológico sejam incapazes de criar uma relação de empatia com elas.

Todavia, as crianças de grupos marginalizados (ex: imigrantes, crianças ciganas, de rua ou com deficiência) têm pontos de vista e experiências importantes que representam contributos

valiosos. São as crianças que mais entendem as barreiras e os desafios que enfrentam diariamente. Também podem apresentar boas soluções com as quais os adultos podem não concordar ou gostar. Deste modo, é importante que as crianças e jovens tenham a oportunidade de fazer parte do debate e que as suas perspetivas sejam tidas em consideração de forma não estigmatizante. Atualmente, existem boas práticas que envolvem as crianças de forma apropriada à sua idade e situação (ver Eurochild, 2010).

Good practice examples



15 A Participação das Crianças e dos Jovens

O Parlamento Cipriota das Crianças, Chipre

O Parlamento Cipriota das Crianças foi criado para promover os direitos da criança no Chipre. Os temas discutidos neste local assumem a forma de sessões de plenário sobre os problemas atuais no Chipre ou acontecimentos específicos. Por exemplo, como resultado de uma maratona organizada para sensibilizar as pessoas sobre os direitos dos deficientes, o Parlamento das Crianças organizou uma sessão especial sobre crianças com deficiência, focando-se, entre outras coisas, nos direitos das crianças deficientes nas escolas.

O Parlamento Cipriota das Crianças está dividido em cinco distritos, tal como o parlamento nacional dos adultos. Cada distrito ocupa-se de um tema acordado numa sessão plenária. O Parlamento das Crianças reúne de dois em dois meses e os distritos encontram-se uma ou duas vezes por mês. As crianças membro são eleitas a cada dois anos e a maioria é eleita nas escolas. Existem 56 membros Cipriotas e três representantes de minorias étnicas. Também existem membros substitutos para ocupar o lugar dos permanentes quando estes não podem estar presentes.

As crianças reúnem informação sobre o assunto que querem discutir e, de seguida, entram em contacto com o Governo, universidades ou ONGs ou usam inquéritos. Cada distrito tem dois jovens para facilitar os encontros e ajudar as crianças. As resoluções adotadas pelas crianças vão para o Parlamento nacional e as mais importantes vão para a agenda. As crianças alcançaram progressos importantes: criaram um provedor para as crianças, provocando uma mudança nas políticas relativas aos castigos nas escolas, etc.

As crianças têm algo a dizer sobre o recrutamento e seleção das equipas, Action for Children, Reino Unido

A Action for Children envolve as crianças e os jovens nos processos de recrutamento e seleção. O nível de participação irá depender do tipo de vaga, da natureza do projeto que está a recrutar e o interesse, capacidades ou compreensão das crianças e jovens envolvidos. Os jovens participam em painéis de entrevistas "adultas", paralelamente existem também painéis de entrevistas para crianças, sessões meet-and-greet e discussões de grupo. As crianças com

dificuldades de aprendizagem também participam no processo de seleção da equipa, que vai estar diretamente envolvida com elas e com a equipa de apoio. As ferramentas usadas para permitir que as crianças partilhem as suas opiniões acerca da seleção são adaptadas à idade, capacidades e interesse das crianças e dos jovens.

Fonte: Valuing children's potential: How children's participation contributes to fighting poverty and social exclusion (Eurochild, 2010).

Promover a participação e a voz das Crianças - Cruz Vermelha Espanhola

A Cruz Vermelha Espanhola tem uma linha de trabalho específica para promover a participação das crianças, a sua expressão e os seus direitos, incluindo a consciencialização

e o diálogo civil com os legisladores. (www.cruzroja.es)

Website En Ligne Directe [Diretamente Online], Bélgica

Isto é uma cópia digital livre de direitos de autor de uma coleção de debates, testemunhos, relatórios, encontros e fotografias feito pelo Departamento dos Direitos das Crianças da Fédération Wallonie-Bruxelles. O conteúdo é posto online pelas associações, autoridades públicas e indivíduos (sobretudo os jovens). Este site pretende difundir os conteúdos o máximo possível, estimular debates e oferecer as ferramentas necessárias para questionar e promover a situação das crianças em relação aos seus direitos. (www.enlignedirecte.be)

Apoiar a participação dos pais

A participação das crianças é crucial, mas envolver os pais é igualmente importante. Só através do envolvimento dos pais em situação de pobreza se pode compreender melhor os obstáculos e os desafios para melhorar as condições de vida e, assim, desenvolverem-se soluções mais eficazes. Os pais devem estar envolvidos diretamente nas decisões que são tomadas sobre as suas vidas e serem capazes de desenvolver soluções através de abordagens de apoio personalizadas e serviços integrados, como participarem de forma coletiva na mudança das políticas. Atualmente existem muitas experiências e bons exemplos de como assegurar a participação, daqueles que vivem em situação de pobreza, no desenvolvimento, implementação e monitorização dos programas políticos (ver Rede Europeia Anti-Pobreza, 2012).

16 Questão chave: o combate à pobreza infantil não pode limitar-se apenas à pobreza familiar

As crianças têm o direito de crescer num ambiente familiar seguro. Como a maior parte das crianças pobres crescem em famílias pobres, as políticas de apoio a estas famílias são um pré-requisito vital para prevenir e combater a pobreza infantil e assegurar o bem-estar das crianças. Contudo a pobreza infantil não pode reduzir-se apenas à pobreza familiar.

As crianças são pessoas com direitos. O dever dos Estados é garantir-lhes o acesso aos seus direitos (ex: saúde, educação, habitação, atividades desportivas e recreativas), independentemente da situação das suas famílias ou da sua situação individual.



O que a União Europeia pode fazer

Ainda há muito a fazer a nível europeu. **Entre 2001 e 2010, chegou-se a um consenso sobre a importância da pobreza infantil e a exclusão social nos esforços da UE para combater estes fenómenos** (ver Frazer e Marlier e Nicaise, 2010). Muitas declarações políticas, relatórios e estudos foram feitos como parte do Método Social Aberto de Coordenação.

O ano de 2007 foi declarado como da pobreza infantil e do bem-estar das crianças.

Nos Relatórios Nacionais Estratégicos para a Proteção Social e Inclusão Social produzidos entre 2008-2010, 19 dos 27 Estados-Membros identificaram o combate à pobreza infantil e exclusão social como uma das suas prioridades. A questão também foi alvo de destaque em 2010, Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e Exclusão Social.

Em 2010, as Presidências Belga e Espanhola da UE, apontaram estas questões como prioritárias. Já em 2011, no fim de uma conferência organizada pela Presidência Belga, o “Trio” Presidencial da UE (Espanha, Bélgica e Hungria) assinaram uma declaração conjunta convidando os restantes Estados-membros e o Conselho Europeu a apostarem na redução da pobreza infantil e na promoção do bem-estar das crianças como parte central dos esforços estratégicos da Europa na redução da pobreza em pelo menos 20 milhões até 2020 (ver Frazer, 2010).

Desde 2008, a UE tem uma base legal **suficientemente forte** para ter um papel mais ativo na luta contra a pobreza e exclusão social em geral e contra a pobreza infantil em particular. O Tratado de Lisboa tornou o combate à exclusão social e discriminação, a promoção da justiça e da proteção social, a igualdade entre homens e mulheres, a solidariedade entre gerações e a proteção dos direitos da criança objetivos centrais da União (Artigo 3.3 da Versão Consolidada do Tratado da União Europeia). Além disso, uma “Cláusula Social Horizontal” (Artigo 9 da Versão Consolidada do Tratado acerca do funcionamento da União Europeia) foi também acrescentada, o que significa que “ao definir e implementar as suas políticas e atividades, a União deve ter em conta os requisitos ligados à promoção de níveis elevados de empregabilidade, à garantia de proteção social adequada, à luta contra a exclusão social e à educação de alto nível, formação e proteção da saúde”. Deste modo, embora a responsabilidade de prevenir e combater a pobreza infantil e a exclusão social esteja nas mãos dos governos nacionais e regionais não existem desculpas para o facto da UE não desempenhar um papel ativo e vital. Aliás, a UE deve promover o bem-estar das crianças e das famílias e colocar estas questões no centro de todas as suas políticas.

As novas decisões que estão a ser tomadas como parte do quadro de governança económica da UE (Pacto Orçamental, Six Pack e Two Pack) justifica de forma crescente a intervenção da UE nos orçamentos sociais dos Estados-Membros, sobretudo na proteção social e nos sistemas de assistência. Isto levanta a questão de até que ponto a subsidiariedade apenas no âmbito social é possível ou desejável.

Alguns passos positivos já foram dados pela UE com a adoção da Agenda da UE para os Direitos da Criança em 2011 e a emissão da Recomendação sobre Pobreza Infantil da

Comissão Europeia em 2013. *Investing in Children: Breaking the cycle of disadvantage* (20 de fevereiro 2013).

Os Chefes de Estado e o Governo da UE também fizeram declarações sobre a importância do combate à pobreza infantil em sucessivos encontros do Conselho Europeu e isto refletiu-se no Conselho “Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO), no Comité da Proteção Social em sucessivos relatórios da UE.

Mas é preciso fazer mais

Tudo isto é apenas um começo e é preciso fazer mais. Por exemplo, a UE pode:

- Assegurar uma **liderança política mais forte** e garantir que o progresso feito ao nível da pobreza infantil e o bem-estar das crianças é regularmente comunicado e discutido em encontros do Conselho Europeu de Chefes de Estado e Governos e nos encontros do Conselho do Emprego, Política Social e Consumidores (EPSCO);
- Assegurar que a pobreza infantil e o bem-estar das crianças é uma questão central na **Estratégia Europa 2020**. Em particular pode garantir:
 - ↳ Que essa questão é implementada na Estratégia, especialmente nos Planos Nacionais de Reforma dos Estados-membros e nos Relatórios Sociais Nacionais;
 - ↳ Que se vai tornar num instrumento rigoroso e robusto de monitorização da implementação da Estratégia e que isto é refletido nas Recomendações Específicas para cada País dos Estados-Membros que não estão a fazer progresso suficientes nessa área;
- Acordar sobre objetivos específicos quantificados para a redução da pobreza infantil e exclusão social e assegurar que os objetivos nacionais são ambiciosos e suficientes para alcançar os objetivos da UE;
- Promover o problema da pobreza infantil e do bem-estar e que estes se tornem o centro no desenvolvimento das políticas da UE;

- Aprofundar o trabalho sobre o bem-estar das crianças e promover este aspeto como parte de discussões sobre indicadores que expressem melhor o progresso para que ultrapasse o PIB;
- Assegurar que a questão da pobreza infantil e o bem-estar é colocada no centro das políticas de austeridade e dos planos de resgate e que a avaliação do impacto social ex-ante é utilizada no desenvolvimento e implementação de políticas relevantes (incluindo, as políticas económicas) para que as crianças sejam protegidas dos efeitos mais nefastos;
- Promover ativamente e monitorizar o envolvimento das crianças, dos seus pais e das organizações que trabalham com eles no desenvolvimento, implementação e monitorização das políticas e programas de forma a atingir os objetivos propostos pela UE sobre a pobreza e exclusão social a nível europeu e nacional (incluindo os PNR e RSN);
- Aumentar os recursos disponíveis dos Fundos Estruturais para apoiar os esforços dos Estados-membros no combate à pobreza infantil e na promoção do bem-estar das crianças, assegurando que 25% dos Fundos Estruturais sejam gastos em projetos centrados nas pessoas através do Fundo Social Europeu (FSE) e que 20% sejam utilizados para o combate à pobreza e exclusão social;
- Disponibilizar recursos e apoio para uma melhor e mais coordenada recolha e análise de dados; para o desenvolvimento dos indicadores acordados de forma a assegurar a consistência dos valores na UE e a construir uma capacidade estatística nos Estados-membros;
- Facilitar um maior intercâmbio da aprendizagem e boas práticas no combate à pobreza infantil e promover o bem-estar das crianças, assegurando a sua participação e das respetivas famílias;
- Reforçar a abordagem na promoção dos direitos da criança para que mais atenção seja dada à questão da pobreza e do bem-estar e promover a ideia de padrões mínimos em áreas específicas que afetem o bem-estar das crianças

(ex: salário adequado, acesso a infantários, à saúde e a outros serviços).

- *Garantir que os esforços contra a discriminação e racismo e a promoção de uma maior equidade entre os géneros deem uma atenção especial à situação das crianças e respetivas famílias;*
- *Acordar diretrizes para a participação dos stakeholders no desenvolvimento de políticas da UE, sobretudo nos PNR e RSN, assegurando o envolvimento de ONGs sociais, pais e crianças.*

A base para a ação da UE está lá. O desafio é torná-la realidade.

O que podem fazer os governos nacionais?

Os governos são responsáveis pela criação de estruturas e mecanismos (ver 6.1), no desenvolvimento de enquadramentos políticos adequados (ver 6.2), pela implementação da abordagem dos três pilares e por providenciar os recursos necessários para prevenir e combater a pobreza infantil. Isto exige que se coloque a preocupação com o bem-estar das crianças no centro das políticas, estabelecendo objetivos claros para a redução da pobreza infantil e exclusão social e monitorizar e declarar regularmente o progresso feito relativamente aos objetivos propostos.

No âmbito da criação de objetivos nacionais para a redução da pobreza como contributo para atingir as metas da Europa 2020, os Estados-membros devem estabelecer objetivos ambiciosos visando a pobreza e estratégias nacionais anti pobreza sustentadas por orçamentos adequados, contribuindo eficazmente para os objetivos europeus e estabelecer posteriormente objetivos específicos para a redução da pobreza infantil e exclusão social.

O que as autoridades regionais e locais podem fazer

Desenvolver as políticas adequadas e programas a nível nacional é uma coisa, colocá-los em prática e ter recursos eficazes para torná-los possíveis é outra. O fosso entre as políticas e a sua aplicação é, frequentemente, grande. É necessário criar medidas eficazes a nível local para garantir a aplicação efetiva e coordenada dos serviços e a identificação rápida e apoio das crianças e famílias em dificuldades. **Os governos locais e regionais têm um papel importante a desempenhar** nesta questão. Eles devem:

- *Assegurar uma **coordenação vertical** que ligue eficazmente o governo central e os governos regionais. Isto contribui bastante através do envolvimento dos governos locais (e regionais) na preparação, implementação e monitorização dos planos e políticas nacionais desde a sua conceção e elaboração. Também é importante definir claramente os papéis e as responsabilidades dos diferentes níveis dos governos e assegurar que eles se reforçam mutuamente e garantem que são alocados recursos necessários para aplicação a nível local;*
- *Desenvolver uma **abordagem coordenada e integrada** a nível local, isto significa desenvolver parcerias locais que juntem os intervenientes de um amplo leque de setores e combinem os esforços dos serviços estatais com as ONGs e os setores lucrativos de forma coordenada, ajudando assim a identificar os problemas, assegurando a intervenção precoce e desenvolvendo respostas holísticas;*
- *Garantir **respostas personalizadas e flexíveis**: os serviços devem ser disponibilizados de forma a responder às necessidades de cada criança e respetiva família. Portanto, os serviços precisam de ser flexíveis e personalizados para responder a necessidades particulares. Isto só é possível a nível local;*

- Promover uma **abordagem de desenvolvimento da comunidade**: isto significa promover a participação e a capacitação das crianças e famílias, apoiar e promover a recuperação das crianças, pais e das comunidades locais que estão a tentar encontrar as suas próprias estratégias de sobrevivência e que não são apenas vítimas passivas. Uma abordagem de desenvolvimento da comunidade em relação aos serviços para as crianças e respetivas famílias significa desenvolver serviços baseados no respeito e dignidade que devem ser disponibilizados de forma a capacitar as pessoas sem as estigmatizar. As crianças e as suas famílias devem estar ativamente envolvidas no desenvolvimento e aplicação dos serviços;
- Criar mecanismos para **reportar e monitorizar** regularmente a situação local: é vital que o bem-estar das crianças seja regularmente monitorizado a nível local e que os serviços locais declarem e sejam responsáveis por ir ao encontro das necessidades das crianças.

O que todos podem fazer

APELO À AÇÃO

Os governos têm a responsabilidade de escolher as políticas corretas e de encontrar o financiamento adequado. As autoridades locais e regionais têm que se assegurar que essas políticas são aplicadas no terreno. Porém, a própria sociedade tem alguma responsabilidade na construção de sociedades mais inclusivas onde as crianças possam desenvolver todo o seu potencial.

É essencial respeitar e ouvir os pais e as crianças que estão em situação de pobreza. Eles sabem quais são as suas necessidades e, se apoiados corretamente, são parte importante da solução. A nível local é importante trabalhar juntos e garantir que os decisores políticos gastam os fundos públicos de forma eficaz. Aumentar a pressão pública para obter resultados depende da construção de alianças nas comunidades locais, por exemplo, trabalhando com empregadores compreensivos, sindicatos, sociedade civil e instituições de investigação.

JUNTOS PODEMOS FAZER A DIFERENÇA!

- ✓ Use este livro para sensibilizar as pessoas sobre a realidade da pobreza infantil, a necessidade urgente de agir e apoiar estratégias integradas e multidimensionais eficazes.
- ✓ Trabalhe em parceria com as comunidades e autoridades locais no desenvolvimento de abordagens inovadoras que integrem a abordagem dos três pilares.
- ✓ Pressione para participar no processo de tomada de decisão como parceiro ativo na busca e implementação de soluções políticas corretas e ajude a monitorizar os resultados.
- ✓ Trabalhe em alianças para apelar à mudança do compromisso político para construir uma sociedade mais igualitária, próspera e sustentável onde o direito a uma vida digna é garantido.



PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO E DADOS

Segue-se a referência a alguns documentos chave onde pode ser encontrada informação adicional sobre as questões principais deste explicativo. Estes são apenas um ponto de partida: muitos outros documentos listados contêm bibliografias mais detalhadas.

Também foram incluídos websites chave onde se encontram os dados mais recentes sobre a pobreza infantil e o bem-estar das crianças e onde a informação e comentários sobre o desenvolvimento dos esforços da UE para combater a pobreza infantil e promover o bem-estar das crianças estão disponíveis.

Textos de apoio sobre a pobreza infantil e o bem-estar na União Europeia

Presidência Belga da União Europeia, em colaboração com a UNICEF, Eurochild e a Comissão Europeia (2010), Call for an EU Recommendation on Child Poverty and Child Well-Being, A background paper to the EU Presidency Conference: Child Poverty and Child Well-Being, Brussels:

Belgian Public Planning Service on Social Integration.. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/Events/2010/09%20BE%20Presidency%20Child%20Poverty/Background%20Paper%20to%20the%20EU%20Presidency%20Conference_EN.pdf

Conselho da União Europeia (2011), Opinião do Comité de Proteção Social sobre a revitalização do MAC Social no Contexto da Estratégia Europa 2020, Opinião apoiada

pelo Conselho de 17 de junho de 2011, Bruxelas: Conselho da União Europeia. Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=PT&t=PDF&gc=true&sc=false&f=ST%2010405%202011%20INIT&r=http%3A%2F%2Fregister.consilium.europa.eu%2Fpd%2Fen%2F11%2Fst10%2Fst10405.en11.pdf>

Conselho da União Europeia (2012), Prevenir e combater a pobreza infantil e exclusão social e promover o bem-estar das crianças, conclusão do Conselho 12368/1/12 (adotado a 4 de outubro 2012), Bruxelas: Conselho da União Europeia.

Devlin, M. and Frazer, H. (2011), Lessons from the EU Social Inclusion Process, in "An Assessment of Ireland's Approach to Combating Poverty and Social Exclusion among Children from European and Local Perspectives", Dublin: Combat Poverty Agency. Disponível em: <http://combatpoverty.ie/publications/workingpapers.htm>.

Comissão Europeia, Recomendação sobre pobreza infantil: Investing in children: breaking the cycle of disadvantage (2013). Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9762&langId=en>

Frazer, H. (2010), Who cares? Roadmap for a Recommendation to fight child poverty, Report on the Belgian EU Presidency Conference 2-3 September 2010, Bruxelas: Belgian Public Planning Service on Social Integration and King Baudouin Foundation.

Frazer, H. and Marlier, E. (2007), Tackling child poverty and promoting the social inclusion of

children in the EU: Key lessons, Independent overview based on national reports of the national independent experts on social inclusion, Brussels: European Commission. Disponível em: www.peer-reviewsocial-inclusion.eu/network-of-independent-experts/reports/firstsemester-2007-synthesis-report-2007-1..

Frazer, H. and Marlier, E. (2012), Current situation in relation to child poverty and child well-being: EU policy context, key challenges ahead and ways forward, Nicosia: Cypriot Presidency of the Council of the European Union. Disponível em: www.cy2012.eu/index.php/en/political-calendar/areas/employment-social-policy-health-consumer-affairs/child-poverty-and-well-being-conference

Frazer, H., Marlier, E. and Nicaise, I. (2010), Child Poverty and Social Exclusion, in: "A social inclusion roadmap for Europe 2020", Antwerp: Garant. Social Protection Committee (2012), Tackling and preventing poverty, promoting well-being, SPC Advisory Report to the European Commission, Brussels. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=758&langId=en>

Custos da pobreza infantil

Action for Children and New Economics Foundation (2009), Backing the Future: why investing in children is good for us all, New Economics Foundation, London. Disponível em: www.actionforchildren.org.uk/media/94361/action_for_children_backing_the_future.pdf.

Griggs, J. and Walker R. (2008), The costs of child poverty and individuals and society, Joseph Rowntree Foundation, York. Disponível em: www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/2301-childpoverty-costs.pdf

Hirsch, D. (2008) Estimating the Cost of Child Poverty in Scotland – Approaches and Evidence. Edinburgh: Scottish Government Social Research.

Estratégia Europa 2020

Conselho Europeu (2010). Conselho Europeu, 17 de junho 2010: Conclusões, Bruxelas: Conselho Europeu: Disponível em: www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/115346.pdf

Eurochild (2012), The 2012 National Reform Programmes (NRP) and the National Social Reports (NSR) from a child poverty and child well-being perspective, Brussels: Eurochild. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/Crisis/Eurochild%20updates/Eurochild_NRPs_Analysis_July_2012.pdf.

European Anti-poverty network (2012), An EU worth defending: beyond austerity to social investment and inclusive growth, Brussels: EAPN. Disponível em: www.eapn.eu/en/news-and-publications/publications/eapn-position-papers-and-reports/eapn-publishes-full-assessment-of-nrps-and-nrsan-eu-worth-defending-beyond-austerity-to-social-investment-and-inclusive-growth.

Marlier, E. e Natali, D. (eds.), with Van Dam, R. (2010). Europe 2020: Towards a more Social EU?, Brussels: P.I.E. Peter Lang.

Comité de Proteção Social (2011), The Europe 2020 social dimension: delivering on the EU commitment to poverty reduction and inclusion (2011), Opinion of the Social Protection Committee, Brussels. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=758&langId=en&moreDocuments=yes>

Avaliação

Atkinson, A.B. and Marlier, E. (eds./2010), Income and living conditions in Europe, Luxembourg: Publications office of the European Union, Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=758&langId=en&moreDocuments=yes>

Fusco, A., Guio, A.-C. and Marlier, E. (2010), Characterising the income poor and the materially deprived in European countries, in A.B. Atkinson and E. Marlier, "Income and Living Conditions in Europe", Luxembourg: Publications office of the European Union.

Guio, A.-C. (2009), What can be learned from deprivation indicators in Europe?, Luxembourg: Eurostat. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_offPUB/KS-rA-09-007/EN/KS-rA-09-007-EN.PDF

Guio, A.-C., Gordon D. and Marlier E. (2012), Measuring material deprivation in the EU: Indicators for the whole population and child-specific indicators, Eurostat Methodologies and working papers, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities (OPOCE). Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFF-PUB/KS-RA-12-018/EN/KS-RA-12-018-EN.PDF

OCDE (2009), Doing Better for Children, Paris: OCDE. Disponível em: www.oecd.org/els/social/childwellbeing

Comité de Proteção Social (2008), Child poverty and well-being: Current status and way forward, Report prepared by the EU Task-Force on Child Poverty and Child Well-Being, Luxembourg: Office for official Publications of the European Communities. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=751&langId=en&pubId=74&type=2&fullText=yes>

Comité de Proteção Social (2012), Indicators based monitoring framework, Chapter 3

in "SPC Advisory Report to the European Commission on tackling and preventing child poverty, promoting child well-being", Brussels: European Commission. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=7849&langId=en>.

TARKI (2010), Child Poverty and Child Well-Being in the European Union, Report prepared for the European Commission, Budapest. Disponível em: www.tarki.hu/en/research/childpoverty/index.html.

UNICEF Innocenti Research Centre (2012), Measuring Child Poverty: New league tables of child poverty in the world's rich countries, Innocenti Report Card 10, Florence: UNICEF. Disponível em: www.unicef-irc.org/publications/660.

Os Direitos da Criança

Eurochild (2007), A child rights approach to child poverty, Brussels: Eurochild. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/user_upload/files/Eurochild_discussion_paper_child_rights_poverty.pdf.

Eurochild (2011), Child poverty and family poverty – are they one and the same? A rights-based approach to fighting child poverty. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/FPS/Eurochild/Position_paper_ch_pov_vs_family_pov_designed_FINAL.pdf.

Comissão Europeia (2011), An EU Agenda for the Rights of the Child, European Commission, Brussels. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52011DC0060:en:NOT>

Gabinete do Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, United Nations Convention on the Rights of the Child, New York. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/crc.htm>

Impacto da crise

Eurochild (2012), Tackling child poverty and promoting child well-being in times of crisis. Brussels. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/ChildPoverty/Eurochild/Eurochild_statement_to_CY_Presidency_final.pdf.

Fondeville, N. and Ward, T. (2011), Homelessness during the crisis, Research note 8/2011, Social Europe, European Commission. Disponível em: www.socialsituation.eu/researchnotes/SSO%20RN8%20Homelessness_Final.pdf.

Eurochild (2012), How the economic and financial crisis is affecting children & young people in Europe, Eurochild, Brussels. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/Crisis/Eurochild%20updates/Eurochild_Crisis_Update_Report_2012.pdf.

Participação

Eurochild (2010), Valuing children's potential: How children's participation contributes to fighting poverty and social exclusion, Brussels. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/Participation/Eurochild/ValuingChildren_sPotential.pdf.

Eurochild (2012), Speak up! Giving a voice to European children in vulnerable situations. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/Projects/Speak%20Up/SpeakUpreport-FINAL.pdf.

European Anti-poverty network (2012), Breaking Barriers – Driving Change - Case studies of building participation of people experiencing poverty, Brussels: EAPN. Disponível em: www.eapn.eu/en/news-and-publications/publications/eapn-books/breaking-barriers-driving-change-eapnsnew-book-on-participation-is-out.

Políticas

Coote, A. (2012). The Wisdom of Prevention: Long-term planning, upstream investment and early action to prevent harm, New Economics Foundation, London. Disponível em: www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/Wisdom_of_prevention.pdf.

Eurochild (2010), Family policies that work best for children. Brussels. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/Events/2010/04_Study_Visit/FPS%20Study%20Visit%202010_REPORT1%262.pdf.

Eurochild (2011), The role of local authorities in parenting support, Brussels. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/ThematicPriorities/FPS/Eurochild/COMPACT_FPS_Round_Table_report_2011_-_The_role_of_local_authorities_in_parenting_support.pdf.

Eurochild (2012), Compendium of inspiring practices on early intervention and prevention in family and parenting support, Brussels. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/Communications/09_Policy%20Papers/policy%20positions/EurochildCompendiumFPS.pdf.

Comissão Europeia (2011), Early Childhood Education and Care: Providing all our children with the best start for the world of tomorrow, Commission Communication COM(2011) 66 final, Brussels. Disponível em: eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52011DC0066:EN:NOT.

EU Network of Independent Experts on Social Inclusion (2011), Policy Solutions for Fostering Inclusive Labour Markets and for Combating Child Poverty and Social Exclusion, Brussels: European Commission. Disponível em: ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1025&langId=en&newsId=1430&furtherNews=yes.

FEANTSA (2012), On the way home, Brussels.

Frazer, H. and Marlier, E. (2009), Minimum Income Schemes across EU Member States, Overview based on national reports of the national independent experts on social inclusion, Brussels: European Commission. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1025&langId=en&newsId=1416&furtherNews=yes>.

Hoelscher, P. (2004), A thematic study using transnational comparisons to analyse and identify what combination of policy responses are most successful in preventing and reducing high levels of child poverty, Brussels: European Commission.

Levy, H., Lietz, C. and Sutherland, H. (2007), A guaranteed income for Europe's children?, in Jenkins, S.P. and Micklewright, J. editors, Inequality and poverty re-examined, Oxford: Oxford University Press.

MacMahon, B., Weld, G., Thornton, R. and Collins, M. (2012), The Cost Of A Child: a consensual budget standards study examining the direct cost of a child across childhood, Dublin: Vincentian Partnership for Social Justice. Disponível em: <https://www.drop-box.com/s/dj8uhb9tblyzgkh/Cost%20of%20A%20Child%20-%20Full%20Report.pdf>.

PICUM (2009) Undocumented Children in Europe: Invisible Victims of Immigration Restrictions, Brussels: PICUM. Disponível em: picum.org/picum.org/uploads/file/Undocumented_Children_in_Europe_EN.pdf.

PICUM (2011) "Rights of Accompanied Children in an Irregular Situation", paper prepared by PICUM for UNICEF Brussels Office, November 2011. Disponível em: fra.europa.eu/fraWebsite/frc2011/docs/rights-accompanied-children-irregular-situation-PICUM.pdf.

PICUM (2011-2012) "Building Strategies to Protect Children in an Irregular Migration Situation: Country Briefs" for the UK, Poland, the Netherlands, Belgium, France, Italy and Spain. Disponível em: <http://picum.org/en/publications/conference-and-workshop-reports/>.

UNICEF (2012) "Access to Civil, Economic and Social Rights for Children in the Context of Irregular Migration", Submission to the UN CRC Day of General Discussion on "The rights of all children in the context of international migration", 28 September 2012. Disponível em: www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/discussion2012/SubmissionsDGDMigration/UNICEF_1.doc

UNICEF and the European Social Observatory in collaboration with the Belgian Federal Planning Service (Ministry) for Social Integration (2011), Preventing Social Exclusion through the Europe 2020 Strategy: Early Childhood Development and the Inclusion of Roma Families, Brussels: Belgian Presidency of the Council of the European Union.

Pobreza

European Anti-poverty network (2009), Poverty and Inequality in the EU, Poverty Explainer 1, Brussels: EAPN. Disponível em: www.eapn.eu/en/news-and-publications/publications/eapn-books/new-version-2009-of-the-poverty-explainer.

European Anti-poverty network (2010), Adequacy of Minimum Income in the EU, Poverty Explainer 2, Brussels: EAPN. Disponível em: www.eapn.eu/en/news-and-publications/publications/eapn-books/adequacy-of-minimum-income-in-the-eu.

Bem-estar

Kickbush, I. (2012), Learning for Well-being: Policy Priority for Children and Youth in Europe, Learning for Well Being Consortium of Foundations in Europe. Disponível em: www.eurochild.org/fileadmin/Events/2012/02_L4WB/L4WB.

UNICEF Innocenti Research Centre (2007), Child poverty in perspective: An overview of child well-being in rich countries, Innocenti Report Card 7, Florence: UNICEF. Disponível em: www.unicef-irc.org/publications/pdf/rc7_eng.pdf.

UNICEF Innocenti Research Centre (2010), The Children Left Behind: A league table of inequality in child well-being in the world's rich countries, Innocenti Report Card 9, Florence: UNICEF. Disponível em: www.unicef-irc.org/publications/619.

Websites úteis

Comissão Europeia:

Comissão Europeia, Proteção Social & Inclusão: ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=750&langId=en

Dados e análise:

Eurostat, Indicadores de Inclusão Social: epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/income_social_inclusion_living_conditions/introduction

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): www.oecd.org/social/familiesandchildren/n

Peer Review in Social Protection and Social Inclusion and Assessment in Social Inclusion: www.peer-review-social-inclusion.eu/

UNICEF Innocenti Research Centre: www.unicef-irc.org/

Redes Europeias:

ATD Fourth World: www.atd-fourthworld.org/Presentation,104.html.

Caritas Europa: www.caritas-europa.org/code/en/default.asp.

Confederation of Family Organisations in the EU (COFACE): www.coface-eu.org/en/

Eurochild: www.eurochild.org/

Eurodiaconia: www.eurodiaconia.org/

Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN): www.eapn.eu/en

European Federation of National Organisations Working With the Homeless (FEANTSA): www.feantsa.org/code/en/hp.asp

European Social Network (ESN): www.esn-eu.org/

Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants (PICUM): www.picum.org



Este explicativo foi desenvolvido através de uma colaboração entre a EAPN e o grupo de ação da Eurochild com o especialista, Hugh Frazer, Professor Adjunto do Departamento dos Estudos Sociais Aplicados da Universidade Nacional da Irlanda (Maynooth), que redigiu o relatório. Os membros trabalharam em conjunto ao nível das bases e com profissionais especialistas e com experiência para mostrar a realidade da pobreza infantil e ajudar a mobilizar apoios para alcançar um progresso real.

Um agradecimento particular aos membros da EAPN e aos membros da Task Force e à Eurochild: Agata D'Addato (Eurochild, Bruxelas), Sian Jones (EAPN, Bruxelas), Ioanna Avloniti (The Smile of the Child, Grécia), John McKendrick (Glasgow School for Business and Society, Glasgow Caledonian University, Escócia), Sean O'Neill (Children in Wales), Wielislawa Warzywoda-Kruszynska (University of Lodz, Polónia), Kärt Mere (Estonia Child Welfare Organisation/EAPN Estónia), Pierre Doyen (EAPN Bélgica), Erika Biehn (EAPN Alemanha).

Um feedback útil também foi enviado por parte do grupo Europeu de Estratégias de Inclusão da EAPN, em particular Graciela Malgesini (EAPN Espanha).

A FEANTSA e a PICUM também contribuíram, bem como o Eurochild Policy Steering Group, em particular Marion Macleod. A edição do documento original data de Março de 2013. A presente versão portuguesa do documento foi traduzida pela EAPN Portugal em Dezembro de 2013 ao abrigo do Protocolo de Cooperação com o IEFP, IP.

Para mais informações sobre as atividades da EAPN Portugal e, especificamente, o seu protocolo com o IEFP, IP visite os respetivos websites: www.eapn.pt e www.eapn.pt/iefp/.

Traduzido para português por Armandina Heleno.

Reprodução permitida, desde que a referência adequada seja feita relativamente à fonte.

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) é uma rede independentemente de organizações não-governamentais (NGOs) e de grupos envolvidos na luta contra a pobreza e exclusão social nos Estados-membros da União Europeia, estabelecida em 1990.

EUROCHILD é uma rede de organizações e indivíduos que trabalham na Europa para melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens.

O trabalho do Eurochild é sustentado pelos princípios consagrados pela Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

eurochild



Instituto do Emprego
e Formação Profissional